

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JOSEFA ELIENE DOS SANTOS

“UM RELIGIOSO PERNAMBUCANO NO SERTÃO
SERGIPANO”: Trajetória de Frei Enoque e a questão fundiária
1942-1986

SÃO CRISTÓVÃO

2014/2

JOSEFA ELIENE DOS SANTOS

UM RELIGIOSO PERNAMBUCANO NO SERTÃO
SERGIPANO: Trajetória de Frei Enoque e a questão fundiária
1942-1986

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Federal de Sergipe,
como parte dos requisitos exigidos para a
obtenção do título de Licenciado em
História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa

SÃO CRISTÓVÃO

2014/2

AGRADECIMENTO

Chegar até aqui não foi fácil, principalmente quando as dificuldades ultrapassam a força de vontade. Para passar no vestibular foram três longos anos de muita dedicação e estudos, até que em 2010 obtive o resultado tão almejado, passei em História na UFS. O cursar História não foi uma opção, mas um sonho, um sonho que não medi esforços para alcançar.

Mas sei que para chegar até aqui, contei com o apoio e incentivo de pessoas maravilhosas, pessoas que só tenho a agradecer externando a minha eterna gratidão.

Por isso sou grata primeiramente a Deus por estar ao meu lado mesmo nos momentos de fraquezas e dúvidas. Agradeço e dedico esta conquista a principalmente a minha MÃE Josefina que embora não esteja entre nós, foi uma das pessoas que mais me incentivou, ao meu pai Adilson, irmãos e namorado Adelmo, cujo apoio foi decisivo para minha formação. Também agradeço aos meus amigos de curso Jorgival, Maira, Nerita, Gilmar, Gilvan, Eduardo, Eduardo A. Crislane, Adilene, Vinicius, João Paulo, Ricardo, Adriana (2) Tamires, Gessica, Camila, Renan, Lais, Sandra, Gedson, Laiara e outros. Foram únicos os momentos que vivemos, sei que jamais esquecerei os bons momentos de discussões teóricas, as aflições e tensões percorridas nesses quatro anos.

Não posso esquecer-me as meninas do Nucleo Residencial F11, em especial Clécia e Daiane que durante esses quatro anos me ajudaram a corrigir meus trabalhos e aturaram meus momentos de TPM e rompantes, enfim vocês acabaram tornando-se irmãs de coração. Felipe e minha colega de curso Livia que me salvaram em situação difíceis e alimentaram meus vícios, vocês são demais!

Gostaria de homenagear os meus professores da UFS, inclusive o meu orientador Antônio Lindvaldo. Agradecer não só pela ajuda e dedicação empregada na conclusão deste trabalho, mas por todo o ensinamento e oportunidades que me concedeu durante o curso, afinal foram um ano como orientanda em pesquisa e mais três como monitora da disciplina Temas de História de Sergipe I. Mas enfim devo agradecer-lhe não só pelos ensinamentos, mas também pelas críticas e puxões de orelhas, a final eles também fazem parte do processo de aprendizado.

RESUMO:

O presente estudo faz parte de uma pesquisa de monografia realizada para a obtenção da conclusão do curso História Licenciatura da UFS. A pesquisa teve como ponto de partida a invasão da fazenda Ilha do Ouro no município de Porto da Folha. A incursão contava com a participação dos moradores da própria propriedade e de comunidades vizinhas, essa investida desencadeou um processo contra Frei Enoque Salvador de Melo que foi acusado pelos irmãos Gonçalo de Faro Rollemberg e Domingos Rollando Rollemberg de incentivar a população a submergir a propriedade. A partir da narração destes acontecimentos buscamos compreender melhor quem era o frade envolvido na contenda e porque ele foi acusado, além disso, procuramos também enxergar o mundo de pertencimento do indivíduo Frei Enoque que vai de 1942 a 1986. Dentro dessa perspectiva abordaremos processos de transformações institucionais da Igreja Católica promovido inicialmente pelo Concílio Vaticano II seguido pela Teologia da Libertação. Para tal, a metodologia empregada na construção dessa monografia está baseada na Biografia, a mesma faz parte de uma das correntes teóricas da Nova História Cultural, assim como também a narrativa histórica com teor literário, defendida por Peter Burk. Já os materiais escolhidos para análise e compreensão dos dados foram; queixa crime 1986, artigos de jornais (Sergipe 1963 e A defesa de Propriá de 1984), encíclicas do papa Paulo VI e referências bibliográficas que contempla o período e as instituições analisadas.

Palavras-chave: Frei Enoque; Ilha do Ouro; Vaticano II.

ABSTRACT

This study is part of a monograph survey for obtaining of Graduation History of UFS. The research took as its starting point the invasion of the Ilha do Ouro farm in the municipality of Porto da Folha. The raid had the participation of the residents of the same property and surrounding communities, this onslaught unleashed a case against Friar Enoch Salvador de Melo who was accused by brothers Faro Rollemberg Gonçalo and Domingos Rollando Rollemberg to encourage people to submerge the property. From the narration of these events, we try to understand better, who was the friar involved in the fight and because he was charged, in addition, we try to see the world belonging to the individual Friar Enoch, which runs from 1942 to 1986. Within a perspective we will cover transformation processes institutional Catholic Church, initially promoted by the Second Vatican Council followed by Liberation Theology. For this purpose, the methodology used in the construction of this monograph is based on the biography, it is part of one of the theoretical perspectives of New Cultural History, as well as the historical narrative with literary content, defended by Peter Burk. Have the materials chosen for analysis and understanding of data were: 1986 criminal complaint, newspaper articles (Sergipe 1963 and A Defesa de Propriá of 1984), encyclicals of Pope Paul VI and references which includes the period and the institutions analyzed.

Keywords: Friar Enoch; Ilha do Ouro; Vatican II.

LISTA DE ABREVIATURAS

GPCIR - Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Religiosidade

INTER - Instituto de Teologia de Recife

BICEN - Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

FAFI - Faculdade de Filosofia de Recife

INCRA – Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CELAN - Conselho Episcopal Latino-Americano

CEB – Comunidades Eclesiásticas de Base

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. A QUESTÃO DA ILHA DO OURO	13
1.1 O ALVOROÇO NA ILHA.....	15
1.2 A QUEIXA CRIME.....	17
1.3 PRESUPOSTOS TEÓRICOS METDOLÓGICO.....	20
2- A IGREJA CATÓLICA DO BRASIL E AS TRANSFORMAÇÕES DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II.....	27
2.1 O CONCÍLIO ECUMENICO VATICANO II E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	29
3- BIOGRAFIA DE FREI ENOQUE.....	41
3.1 AÇÕES MISSIONÁRIAS DE FREI ENOQUE NO ALTO SERTÃO SERGIPANO.....	48
3.2 CONJUNTURAS HISTÓRICAS.....	52
4-CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

O interesse em realizar essa pesquisa surgiu no seminário “Índios em Sergipe e índios Xokó Hoje” ocorrido nos dias 19 e 20 de abril de 2012, organizado por alunos do curso de História, vinculados ao Grupo de Pesquisa Cultura, Identidade e Religiosidade (GPCIR), sob a coordenação do professor doutor *Antônio Lindvaldo Sousa*. O seminário tinha como objetivo contribuir com a temática da história dos povos indígenas em Sergipe. No evento, estiveram presentes professores e pesquisadores, como Beatriz Góes Dantas e Whitney Fernandes. O último palestrante foi o ex-Cacique da comunidade indígena Xokó, Apolônio Xokó.

Em sua fala, Apolônio abordou principalmente a luta do povo Xokó no processo de retomada de suas terras na década de setenta. Em uma de suas abordagens, ele citou a importância do auxílio da diocese de Propriá contra os latifundiários que outrora haviam usurpado as terras dos índios. Nesse caso específico, Apolônio comentou sobre as perseguições, ameaças e até prisões de clérigos e leigos envolvidos na contenda. Para dar ênfase ao seu discurso ele citou um caso específico que chamou a atenção - a prisão de frei Enoque.

Naquele momento, alguns questionamentos como quem seria aquele frei e qual seria o motivo de sua prisão desencadeou a necessidade de realizar uma pesquisa empírica relacionada à história da Igreja Católica, tendo como objeto frei Enoque.

Sob orientação do professor doutor Antônio, a aluna em questão começou efetivamente a pesquisa em 2014. A partir desse momento, foram realizadas pesquisas no arquivo judiciário, cujo objetivo era encontrar documentos que comprovassem a prisão do Frei. Nesse caso, foi encontrado uma queixa crime datada de 1986. Nela o objeto de estudo havia sido acusado de incentivar a população da Ilha do Ouro a invadir

a referida propriedade. Logo depois de analisar o documento, foram realizadas entrevistas com o personagem (objeto) e com moradores do povoado Ilha do Ouro, a partir delas foi delimitado o recorte temporal da pesquisa que seria de 1942 a 1986.

O recorte temporal escolhido vai do nascimento de frei Enoque, em 1942, até o processo que ele sofreu em 1986. Esse período corresponde momentos importantes de sua infância, adolescência e vida adulta, sendo esta última a mais importante para a nossa pesquisa. Foi nessa fase que Enoque Salvador de Melo resolve ir para o convento, em 1967, indo estudar no Instituto de Teologia de Recife (INTER) em 1968, vindo para Sergipe em 1970 e, por fim, a relação com os movimentos sociais na Diocese de Propriá.

Os depoimentos das entrevistas de História Oral foram realizados em momentos diferentes da pesquisa, ou seja, de acordo com a necessidade de cada etapa do trabalho. Nesse caso, os depoimentos concedidos por frei Enoque ocorrem em 14 de novembro de 2014, 12 de abril de 2014 e 18 de maio de 2013. Esta última foi concedida a Antônio Lindvaldo Souza e fazia parte do projeto Anônimo na História. Com a população da Ilha do Ouro, as entrevistas foram realizadas em 18 de outubro de 2014. Nesse caso, foram colhidas informações com a senhora Maria Salomé Dantas, de 90 anos, seu Messias, dona Josefa Alves, 80 anos, e dona Irene, diretora da escola local.

As entrevistas foram gravadas com um aparelho celular de fabricante *Meu*, modelo 530 e uma câmera fotográfica de fabricante *Fuji* filme modelo 14 megapix. Para melhor aproveitar a narrativa, a princípio buscou-se seguir um roteiro, mas no desenrolar da entrevista essa estratégia aos poucos foi sendo substituída por algumas intervenções pertinentes à pesquisa e ao momento. Em seguida as gravações foram selecionadas e transcritas.

Além da História Oral e análise do processo, também foram empregadas fontes como artigos de jornais, tais como o jornal “A defesa de Propriá” e o “Jornal de Sergipe”, as encíclicas *Populorum Progressio* e *Humanae Vitae*, instituídas por Paulo VI em 1967 e 1968, respectivamente. No tocante à análise histórica das obras, foi realizado um levantamento bibliográfico na Biblioteca Central da UFS (BICEN) e artigos pesquisados na internet.

A partir da revisão bibliográfica, decidimos por utilizarmos como obras base nas discussões históricas a obra *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965* (2005) estudioso da Igreja Católica José Oscar Beozzo, *Breve História Vaticano II: 1959-1965* (2006); de Giuseppe Alberigo *Nova consciência da Igreja na América Latina* (1979); de Ronaldo Muñoz, *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sócios no Campo Brasil e Peru 1964-1986* (1996) Zilda Gricoliokoi.

Para o estudo da Igreja Católica em Sergipe no período do Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação, usamos a obra *Dom Távora, o Bispos dos Operários: um homem além do seu tempo* (2008) do padre Isaias Nascimento; a monografia *Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe, 1985-1989* (1992) do historiador Rosemiro Magno da Silva e a monografia do historiador Eduardo Augusto Santos Silva *Sergipe no Concílio Vaticano II 1959-1968* (2012).

Na análise do contexto histórico local, nacional e mundial do período que estudamos, baseamo-nos na obra *A Era dos extremos: O breve Século XX: 1914-1991* (1995) de Eric Hobsbawm, *A Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984: Partidos e Eleições num Estado Autoritário* (1997) de José Ibarê Costa Dantas e a obra *Brasil: de Getúlio a Castello 1930-1964* do norte americano, Thomas E. Skidmore.

Na produção da análise teórica destacamos obras como *Fontes Oraís: História dentro da História* de Verana Alberti, *Grandezas e Misérias da Biografia Vavy*

Pacheco Bores, *Abertura a Nova História: A Nova História seu passado e seu futuro* de Peter Burke e *A biografia Modal: In O desafio biográfico*, Francois Dosse. Nesse caso, é importante ressaltarmos que as obras citadas, bem como as demais que não foi possível destacarmos aqui, estão presentes na referência bibliográfica logo abaixo. Notemos também que algumas delas, como a Obra *Eclipse de um Farol* do Historiador Antônio Lindvaldo Souza, compõem o rol dos livros que contribuíram na formulação da narrativa do primeiro capítulo.

O primeiro capítulo, Intitulado *A questão da Ilha do Ouro* foi dividido em três tópicos: *O alvoreço na Ilha*; *A queixa crime e pressupostos teóricos metodológicos*. Os dois primeiros foram produzidos com base em processo datado de 1986, onde frei Enoque é acusado pelos proprietários de incentivar a população a invadir a fazenda de mesmo nome. A narrativa deste capítulo foi construída a partir de uma trama que partiu da invasão da propriedade até desencadear no processo, nesse caso além da ação penal, foram utilizados relatos de história oral dos moradores do povoado. O último tópico explica as concepções teóricas as quais foram captadas para a produção do trabalho.

No segundo capítulo buscamos analisar o contexto histórico da Igreja Católica desde o momento em que frei Enoque entra no convento até 1986. Nessa conjuntura, podemos observar as transformações no interior da instituição católica, transformações decorrentes de projetos instituídos no Concílio Vaticano II e posteriormente em encontros de bispos Latino Americano. Nesse caso, é importante ressaltarmos também que a Igreja estudada se encontrava em estado de inércia enquanto o mundo passava por processos de modernização e efervescências culturais, sociais e políticas. Nesse capítulo, também vamos poder refletir sobre as dificuldades internas e externas que a Igreja enfrentou para se tornar uma instituição mais comprometida com a população

pobre. Além disso, foi possível através dos ensinamentos orais com frei Enoque momentos distintos da história dessa Igreja.

E, finalmente o terceiro e último capítulo, traz um novo conceito de Biografia, conceito esse defendido por François Dosse, onde o objeto se torna a ponte para se entender o mundo em que ele atuou. Nesse capítulo, foram abordados aspectos da vida do frei Enoque, tais como relação familiar, formação escolar, a vida no convento, influências no meio acadêmico, envolvimento e atuação com os movimentos sociais em Sergipe. Após essa explanação, foi necessário refletirmos sobre o contexto histórico no qual o nosso personagem (objeto) estava inserido. Nesse caso, foi pertinente analisarmos não só o momento histórico de Sergipe como também do Brasil e posteriormente do mundo, já que não podemos isolar os acontecimentos históricos sergipanos, pois ele está inserido em um contexto que engloba esferas históricas mais abrangentes.

Ainda, metodologicamente, usamos do seguinte expediente: iniciamos uma abordagem micro, enfatizando a tomada da posse de terras da Ilha do Ouro; apresentamos os personagens envolvidos e encaminhamos para entender o personagem central dessa monografia. A partir dessa perspectiva, chegamos ao macro entendendo o mundo de pertencimento desse personagem e, por fim, concluimos retornando ao micro, entendendo parte da trajetória de vida do Frei Enoque.

1. A QUESTÃO DA ILHA DO OURO¹

Era manhã de terça feira, dezoito de outubro de mil novecentos e oitenta e seis, quando os moradores da fazenda Ilha do Ouro, localizada em Porto da Folha, cidade do alto sertão sergipano, receberam a notícia da suposta desapropriação da fazenda. Logo, a população já estava nas ruas. Apreensivos, dirigiram-se pela estrada de terra com seus pares de alpercatas que batiam na piçarra seca da ladeira, cercada por casas em sua maioria de construções irregulares, erguidas com esteios de aroeira bem fincados no chão duro, com torrões de barro que enchiam as varas amarradas de cipó das paredes de taipa. (Ramos, 1996, p.66)

Em instantes, alguns dos meeiros da fazenda já estavam organizados a sombra de um jenipapeiro à margem do rio São Francisco. O grupo foi aumentando na medida em que populares da redondeza de Porto da Folha juntavam-se a eles. Dentro daquele pequeno grupo movia-se uma moradora do povoado e meeira da propriedade que lamentava: *A gente trabalha, se cansa e quando acaba fica sem nada! ele (o proprietário) fica com o bom! sem ter despesa nenhuma!*²

Nesse momento, a confusão tomou conta do ambiente, todos falavam ao mesmo tempo. Após os primeiros momentos de agitação, o foco das atenções estava voltado

¹ As informações e datas contidas nesse capítulo está baseada no documento de ação de queixa crime de Gonçalo de Faro Rollemberg e Domingos Rollando Rollemberg contra Enoque Salvador de Melo, Porto da Folha, cx 62, período 1986, Nº geral 28/86 Arquivo Público do judiciário de Sergipe (APJS). Este processo foi assinado pelo Juiz Municipal Francisco de Melo Novais e o escrivão José Alves de Aragão em 11 de dezembro de 1986. A maioria das informações para a reconstituição desta narrativa, deste primeiro capítulo, baseou-se nos relatos de moradores do povoado Ilha do Ouro. Também foi consultado SILVA, Rosemiro Magno da. **Ilha do Ouro. In: Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe, 1985-1989.** 215. f. Monografia (Licenciatura em História) Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão 1992.

A narrativa foi inspirada em SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O eclipse de um Farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**, São Cristóvão Ed. UFS: Aracaju: Fundação Oviedo Texeira, 2008.

FONTES, Amando. **Os Corumbás**, 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. Sobre a questão da reconstrução dos espaços e cotidiano dos habitantes, também foi usada fonte oral.

²- SILVA, Rosemiro Magno da. **Ilha do Ouro. In: Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe, 1985-1989.** 215. f. Monografia (Licenciatura em História) Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão 1992.

para a suposta desapropriação da fazenda Ilha do Ouro, de modo que, refletindo sobre as décadas e gerações, vivendo e trabalhando naquela propriedade, os meeiros tinham apenas dois caminhos a seguir: o primeiro ficar e participar da partilha das terras que estava sendo desapropriada ou abrir mão de tudo que tinham construído ali e recomeçar suas vidas em outro lugar. Foram, portanto, esses elementos decisivos para que os trabalhadores resolvessem ocupar uma área equivalente a “seis tarefas”, localizada à margem do riacho Capivara.

Ainda sobre a luz forte da manhã, habitantes da fazenda e populares da região seguiam rumo ao riacho que ficava a poucos metros dali. Em poucos minutos, já estavam abrigados em baixo de árvores às margens do Capivara. Enquanto algumas mulheres se mobilizavam ascendendo o fogo de lenha para cozinhar o feijão, um grupo de agricultores, entre eles mulheres e crianças, a maioria trabalhadores da fazenda, iniciaram o preparo da terra, e, com foice e machado, derrubaram a vegetação deixando-a em ponto de “coivara”.³ Em seguida, mulheres e crianças limpavam a terra para dar início a plantação de feijão, milho e arroz. Simultaneamente, meeiros fieis aos donos da propriedade, infiltrados entre os supostos invasores, se apressavam para notificar a polícia sobre a incursão na fazenda Ilha do Ouro.

Assim que a notícia chegou à delegacia, o delegado Valdemar Gomes tratou de avisar o Juiz do cartório de segundo ofício da Comarca de Porto da Folha, Francisco de Melo Novais, sobre o ocorrido na propriedade. Este, por sua vez, prescreveu ao delegado a ordem de agir contra os meeiros. Na delegacia, Valdemar Gomes, delegado de polícia já estava com a diligência preparada quando a ordem do juiz chegou. Apesar de dispor de recursos necessários, o delegado enviou apenas uma pequena força policial, já que para ele a tarefa parecia simples e, como se tratava de uma rebelião promovida

³ -Segundo o dicionário informal ou o ditado popular Coivara é um amontoado de galhos de arvores e arbustos que são separados para atirar fogo.

por ignorantes e atrasados do sertão, não seria preciso uma força policial maior para conter a arruaça e retirar os supostos invasores.

1.1 O Alvorço na Ilha

Toda a ação policial ocorreu na Fazenda Ilha do Ouro, situada a sete Km de Porto da Folha. No momento em que chegaram à fazenda, os policiais observaram que por alguma estranha razão a propriedade estava imersa no silêncio. Desconfiados, rondaram por ali um instante em busca dos supostos infratores. Em seguida, sob o olhar curioso dos moradores, seguiram em direção à margem do rio São Francisco, em busca do foco da desordem. Nesse exato momento, os meeiros da região avistaram as autoridades se aproximarem. Enquanto alguns moradores desorientados corriam para suas casas, outros permaneciam seguindo as instruções de frei Enoque Salvador de Melo, também conhecido como frei Enoque, de não cederem às pressões e nem ameaças da polícia ou dos donos da fazenda.

Providos de autoridades, os soldados aproximaram-se das pessoas que ali estavam exigindo que as mesmas voltassem para suas casas. Nesta ocasião, os “invasores” que estavam ao redor, ouvindo-os atenciosamente de imediato, recusaram, afirmando que não iam se retirar. Não deixaram aquelas propriedades “até o feijão que estava no fogo, improvisado ao lado, estivesse pronto e todos alimentados”. “Após alguns momentos, refletindo aquela ação, os policiais ordenaram que dois ocupantes comparecessem a delegacia de Porto da Folha”.⁴ Em seguida, retiraram-se com a promessa de que os habitantes iam voltar para suas casas. Para a surpresa de todos, quando a polícia deixou o local, os diversos populares que haviam abandonado o lugar retornaram às suas funções junto aos demais. A partir daí, nada parecia abalar a

⁴ MEEIROS OCUPAM FAZENDA. Jornal A defesa, Propriá Sergipe, 3º fase nº 729. Outubro 1986.

coragem da população. Ao contrário, estavam animados com a ideia de pressionar o INCRA no processo de desapropriação daquelas terras.

No dia doze de novembro, quase um mês depois, o grupo de “invasores” sofreu mais uma ofensiva policial. Dessa vez, estavam dispostos a agir com violência, caso a população insistisse em continuar infringindo a ordem do juiz de direito Francisco de Melo Novais. Todavia, ao chegar à localidade, as autoridades se surpreenderam com o número de pessoas que tinham aderido à causa. Elas haviam, praticamente, dobrado. Estavam entre essas pessoas, moradores e meeiros da fazenda e habitantes de outras localidades circunvizinhas que trabalhavam juntos e, sem divisões ou cercas, já tinham preparado cerca de seis tarefas de terra.

O desfecho foi favorável à população. Naquela altura, mesmo com as investidas e ameaças, as autoridades não tiveram êxito nas expedições que objetivavam expulsar os trabalhadores da região. Por isso, na ocasião em que o delegado Valdemar Gomes foi informado sobre o fracasso da expedição, tratou de notificar Francisco de Melo Novais que, sabendo do acontecido, mandou informar aos donos da propriedade, Gonçalo de Faro Rollemberg e Domingos Rollano Rollemberg, os quais haviam solicitado a expulsão dos trabalhadores.

No momento em que foram informados sobre o fracasso das investidas policial, ambos os proprietários apressaram-se em providenciar junto à justiça às possíveis punições cabíveis aos responsáveis pela desordem na propriedade. No dia onze de dezembro de mil novecentos e oitenta e seis, dias depois da ofensiva policial, os dois herdeiros da propriedade mais uma vez recorreram à justiça. Dessa vez, o foco das atenções era o franciscano Enoque Salvador de Melo. Este era considerado pelas autoridades e latifundiários o causador de muitas desordens na região do alto sertão sergipano. Por isso, Unidos de prestígio entre o alto escalão da política sergipana e

com muitos recursos financeiros, esses mesmos proprietários denunciaram o abuso desse religioso às autoridades do judiciário.

1.2 A Queixa Crime

No dia doze de dezembro de 1986 o advogado Bento José de Menezes e Silva representante dos herdeiros da propriedade foi à delegacia e diante do delegado Valdemar Gomes apresentou a queixa contra o franciscano Enoque Salvador de Melo. O teor da acusação era a de que, há alguns meses, vinha usando sua influência religiosa para incentivar e arrebanhar populares e habitantes da região para juntos invadirem as terras da fazenda Ilha do Ouro. Em outras palavras, Enoque estava sem acusado de agitador, subversivo ou comunista, como costumeiramente chamam todos os cidadãos que se metiam a apoiar ou incentivar as ações sociais a favor dos sem-terras. Essa fama se espalhou.

Na manhã do dia dezoito, após o advogado oficializar a denúncia contra frei Enoque, o bacharel Valdemar Gomes que já conhecia a fama do padre, imediatamente, começou a reunir evidências do caso. Todavia, em oito de janeiro de mil novecentos e oitenta e sete, o delegado foi afastado da delegacia de Porto da Folha. Esta, a partir de então, estaria sob a direção do delegado Roberto Cabral Silva.

Dando prosseguimento à queixa crime sobre frei Enoque, o então chefe de polícia de Porto da Folha, Roberto Cabral Silva, não encontrando testemunhas para dar prosseguimento à questão, envia o caso para o cartório de segundo ofício de Porto da Folha, no sábado, dia vinte e oito de março do mesmo ano. Contudo, as autoridades competentes para o caso não estavam presentes, de modo que, somente a partir da segunda feira, o juiz Francisco de Melo Novais daria continuidade à questão.

O Juiz que não fazia questão de esconder os desafetos que tinha com o frei começou a trabalhar no caso que deu origem ao processo. Nos dias seguintes, juntamente com o escrivão José Alves de Aragão, o juiz Novais fez as devidas averiguações na queixa crime. Desta forma, após examinar a queixa, o juiz chegou a conclusão de que, para punir devidamente o acusado, seria necessário enquadrá-lo com base no artigo 161 § 1º inciso II do código Penal que versa sobre o Esbulho Possessório⁵;

Art. 161. - Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:

Pena - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, e multa.

§ - Na mesma pena incorre quem:

II- invadir com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório. ⁶

Os meses seguintes foram de intenso trabalho no cartório de segundo ofício da comarca de Porto da Folha, no qual, diante das várias atribuições, o processo de número vinte sete oitenta e seis permaneceu parado até que, no dia dezesseis de junho, o promotor de justiça pressionou o juiz municipal a intimar Gonçalo de Faro Rollemberg e Domingos Rollando Rollemberg a comparecer no fórum para apresentar as provas pertinentes do fato. Assim, em sete de abril de mil novecentos e oitenta e oito, quase um ano depois, a mando do juiz o escrivão José Alves, por telefone, entrou em contato com o porta voz da família, o advogado Bento José de Menezes e Silva “e este disse não ter mais interesse na causa, uma vez que a fazenda Ilha do Ouro havia sido desapropriada”.

⁵-Segundo o dicionário Michelis o termo significa; Ato violento, em virtude do qual uma pessoa é despojada ou desapossada de um bem legítimo, caracterizando crime de usurpação.

⁶ -CODIGO PENAL BRASIL, Decreto-Lei nº 2.848 de 07.12.1940 alterado pela Lei nº 9.777 em 26/12/98 (+)

O problema não foi esquecido, nem resolvido, não pelo menos naquele momento. O processo contra o franciscano Enoque só foi concluído em cinco de setembro de mil novecentos e oitenta e nove, quando o ministério público declara a ação penal privada abandonada. Nesse caso, além da desistência dos proprietários da fazenda, não houve provas e nem testemunhas que assegurassem possíveis punições ao franciscano. Ainda segundo o promotor do ministério público:

Assim, o ministério público do estado de Sergipe por seu representante nessa comarca de Porto da Folha. Seja lacrada perempta a ação penal, eis que a conduta processual dos demandantes, implica em desídia, descuido e abandono causa pelos mesmos. Alias esse é o entendimento excelso premo tribunal federal, no que tange a espécie. (RHC 57338 RTJ 95/ 395 e RT 540/395).

Com tal declaração implica em extinção da punibilidade, seja por consequência esta decretada na forma Du quanto emerge do artigo 60 inciso I do código do artigo penal combinado com o artigo 107 inciso IV, 3ª figura do código penal.

Dr. João Guilherme Carvalho/ Porto da Folha 19 de maio de 1988.

O desfecho do processo, ao grosso modo, foi considerado favorável ao frei. A promotoria deu o caso por encerrado, levando em consideração a desistência dos proprietários, aliado a falta de provas contra o querelado. Por fim, não houve nenhum tipo de punição.

Mesmo que não tenha havido punição, a abertura do processo, acusando o religioso de incentivar a invasão de terras no sertão, leva-nos a fazer algumas observações: a primeira é em torno da identificação desse religioso como sujeito perigoso no sertão, do ponto de vista dos proprietários de terras. A segunda diz respeito à importância do frei, como agente social da região. O processo ajuda o historiador a vislumbrar a importância do Frei Enoque como "braço direito" daquela gente "sem terras".

Diante disso, é pertinente apontarmos a influência e a participação de frei Enoque nos movimentos sociais discurridos, em sua maioria no alto sertão sergipano, bem como visualizá-lo como agente importante da Igreja Católica nos momentos em que esta passava por mudanças em torno do Concílio Vaticano II.

Diante dessas primeiras observações, consultando a bibliografia existente, notamos que não há estudos que apontem a contribuição desse frei no engajamento daquela localidade. Os textos que fazem referência a ele o mencionam de forma indireta, ou seja, visto apenas como atuante secundário.

Diante dessa lacuna na historiografia, faz-se necessário entendermos quem é Enoque Salvador de Melo. O que o fez deixar a pequena cidade de Cachoeirinhas em Pernambuco, onde levava uma vida de relativo conforto como bancário e optou em seguir a carreira sacerdotal como franciscano, militante em plena ditadura militar? Como vinculá-lo como ator de uma Igreja renovada e, ao mesmo tempo, dividida entre as concepções eclesiais tradicionais e modernas, atrelada ao Concílio Ecumênico Vaticano II? A ideia não é elevá-lo ao mais alto dos pedestais, nem evocar as suas várias facetas como homem, religioso e lutador das causas sociais, mas, tão somente, esclarecer, a partir de sua figura específica, o meio social em que ele atuou. Enxergaremos que *o indivíduo só tem valor na medida em que ilustra o coletivo e o singular se torna uma entrada no geral, revelando ao leitor o comportamento médio das categorias sociais e do momento.* (Dosse, 2009, p.195)

1.3 Pressupostos Teóricos Metodológicos

Antes de aprofundarmos nesta narrativa, é importante esclarecer que, no esforço de produzir um trabalho histórico com credibilidade e leitura agradável, a teoria metodológica utilizada está baseada na Narrativa Ficcional de cunho biográfico, uma

narrativa por muitos esquecida e combatida pelos historiadores durante os séculos XIX e meados do século XX.

Segundo Carlos Eduardo de França, no artigo Narrativa e conhecimento histórico, alguns apontamentos, até meados do século XX, as técnicas ficcionais de narração estivera sob responsabilidade de amadores. Associada a elementos ficcionais, ela não apresentava bases para se auto sustentar no período em questão, pois não se enquadrava nos novos moldes da História Ciência tida como tradicional, efendida por historiadores vinculados a escola dos Annales, e a correntes históricas tradicionais. Dessa forma o autor defende que:

Buscava pela objetividade e verdade, elementos tidos como basilares de qualquer ciência, boa parte da historiografia do século XIX, aboliu dos estudos da história os recursos as técnicas ficcionais de representação. Assim, o próprio nascimento da história enquanto disciplina se pautou naquilo que ela não deveria ser, mito, fábula ou poesia, já que estas estruturas não trariam dentro da lógica do século XIX um conhecimento verdadeiro, esse sim objetivo maior do historiador. (OLIVEIRA 2013?. p.11)

A história, enquanto ciência rejeitava elementos ficcionais em sua narrativa, já que ela não atendia a expectativas científicas esperadas pela elite intelectual dos positivistas e Annales. Todavia, com as inovações no campo da história, houve um intercâmbio entre história e literatura o que tornou a biografia sua mais importante representante, já que é a que mais dialoga com os dois campos. Defensores da narrativa literária Roger Chartier⁷ e Carlos Guinzburg⁸ mostram que, diferente da literatura, a

⁷ -Historiador, professor e pesquisador, Roger Chartier pertence à geração de historiadores que rompeu, nos anos 1980, com a tradição hegemônica francesa, constituída desde 1929 por nomes como March Bloch (1886-1944) em torno da revista Annales. Hoje é considerado o intelectual Frances que mais influência estudantes das ciências humanas. / <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/roger-chartier-432594.shtml> acesso 03/11/2014.

⁸ - Históriador e Antropologo italiano tornou-se um dos principais nomes da Microhistória, escola historiográfica que dá notoriedade a fatos importantes que foram ignorados dentro de um contexto construído de forma generalizadora, além de utilizar como recurso documental uma série de fontes que não era considerada pela história tradicional. / <http://www.infoescola.com/biografias/carlo-ginzburg/> acesso 03/11/2014

história não dispõe de liberdade para criar personagens e acontecimentos, pois ela está sujeita a provas, isto é, depende dos vestígios do passado, das fontes.

Neste sentido, é importante ressaltar que, nas últimas décadas, o estudo da biografia recebeu certa valorização, tornando-se assim um dos gêneros mais representativo do domínio da história cultural. No entanto, por se tratar de um estilo complexo, teve sua importância julgada pelos que defendiam uma história vista como ciência que viam na biografia apenas uma narrativa linear de vida. De acordo com Borges, “A biografia se encontrava na chamada zona de sonolência, onde nos últimos trinta anos ela foi esquecida pelos historiadores profissionais. Somente em 1989, ela foi considerada um complemento indispensável da análises das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos” (2000: 209).

De tal modo, intelectuais como François Dosse assinala diferentes tipos de biografias, apontando suas principais características. Segundo ele, devemos atentar para os estudos biográficos, levando em consideração as diferentes formas de se trabalhar a biografia que seria a biografia Clássica ou Heróica, Hermenêutica, Intelectual e Modal.

A biografia modal, segundo François Dosse, apresenta o valor do indivíduo no coletivo, espaço e tempo em que está inserida. “Este momento da escrita biográfica, que corresponde tanto a um momento histórico quanto a uma forma de abordagem sempre atual do gênero, consiste em descentralizar o interesse pela singularidade do percurso recuperado, a fim de visualizá-lo como representativo de uma perspectiva mais ampla. (2009:195)

Ainda segundo Dosse, esse estilo proporcionou uma maior interação entre a história, sociologia e antropologia, de modo que, na virada do século XX, as ciências humanas “mostram-se particularmente sensíveis a essa mutação, pois se acham em plena ruptura com o tradicionalismo acadêmico e mira em um futuro concebido como

progresso, além de reivindicar um posto na esfera da legitimidade científica”. (2009, p.196)

Nesse caso, dentro da perspectiva da biografia modal é importante notar que os indivíduos são um modelo do mundo no qual estão inseridos. De acordo com Dosse, não é importante apresentar a individualidade de forma linear dos sujeitos; nesse caso, estaríamos regredindo aos modelos da escola metódica, ou seja, dos heróis iluminados, que estavam acima de tudo. O importante é mesclar o sujeito e o tempo, já que todo sujeito está preso ao seu mundo. Contudo, foi necessário consolidar mudanças no campo da história, assim a biografia e a narrativa ficcional consolidaram-se entre os intelectuais.

No entanto, Peter Burke revela que a aceitação da biografia nos meios acadêmicos veio com as mudanças no panorama histórico lançados com a “Nova História”, de modo que “O movimento de mudança surgiu a partir de uma percepção difundida da inadequação do paradigma tradicional. Esta percepção só pode ser compreendida se olharmos além do âmbito do historiador” (Burk, 1992, p.20), ou seja, buscarmos novas abordagens para explicar as mudanças no mundo.

A Nova História surgiu em meio à crise de identidade da história tradicional e materialista que não atendia às necessidades da realidade acadêmica. À Nova história é “atribuída várias correntes dentre as quais se enquadra a Biografia, História Oral e a Micro História.” (Pesavento, 2003, p.07) Apesar da ascensão da história cultural não houve uma total ruptura com os antigos padrões, já que foi a partir deles que a História passou a dialogar com outras ciências, assim como a Sociologia, Antropologia e Economia.

Apesar da popularidade, a Nova História nem sempre gozou do status atual. Ao longo dos séculos, os “verdadeiros historiadores” estiveram ligados a “uma história

vista de cima, no sentido de que concentrava-se nos grandes feitos dos grandes homens, estatísticas gerais ou ocasionalmente eclesiásticas. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário na história” (Burke 1992, p.12). Na medida em que, a renovação avançava, ficava claro que ela não estava isenta de problemas ligados principalmente a fontes, métodos, explicação e definição. Apesar disso, tínhamos fortes defensores que exploravam novos campos da História. Lucien Febvre, Mac Bloch e Fernando Braudel são exemplos de estudiosos que atuaram nesse novo panorama histórico.

Os maiores problemas que temos enfrentado, certamente, está relacionado às fontes. Fortemente criticadas por muitos estudiosos, elas não apresentavam segurança e credibilidade, de modo que foram tratadas como complementares;

Ao escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral, evidências de imagens... Os historiadores da cultura popular, por exemplo, tem feito grande uso de registros judiciais, especialmente os interrogatórios de suspeitos. (Burke, 1992, p.26)

O procedimento empregado para o registro da memória de frei Enoque é a História Oral. Tida como uma metodologia interdisciplinar, a história oral, segundo Verana Alberti, surgiu em meados do século XX com a invenção do gravador e a fita, mas só se consolidou a partir de mil novecentos e oitenta com a publicação de coletâneas de artigos que reuniu nomes mais expressivos da época. O que, de acordo com Alberti, só ganhou mais expressividade nos anos seguintes.

Apesar da atual notoriedade nos meios acadêmicos, a história oral nem sempre foi vista com bons olhos pelo meio intelectual. Até as décadas de setenta e oitenta; “A história oral ficou, por assim dizer, fora dos departamentos de História. Agora muitos deles já a inserem em seu currículo e já admitem dissertações e teses que discutem a analisam as chamadas fontes orais.” (Alberti, 2005, p.162) Além de entrevistas de

história oral, outras fontes também se destacaram, tais como filmes, fotografias, monumentos e vários outros. Essa versatilidade de fontes dissolveu os paradigmas sobre a subjetividade dessas fontes. Hoje, defende-se que até mesmo as fontes documentais podem ser subjetivas.

A história oral, assim como outros métodos de investigação empírica, estiveram durante décadas sob o olhar desconfiado dos intelectuais acadêmicos. Nesse sentido a história oral;

É hoje um caminho para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a forma de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos no mundo globalizado. (Alberti, 2005, P.164)

Contudo, Alberti expõe que a história oral é uma metodologia que requer tempo e condições financeiras, já que nela é necessário “preparar uma entrevista, contatar o entrevistado, gravar o depoimento, transcrevê-lo, revisá-lo e analisá-lo” (2005:165). Ela ainda declara que a metodologia permite um estudo mais empírico sobre “as formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. Nesse caso, a autora mostra que a história oral permite o conhecimento de modos de vida de diferentes meios sociais repletos de riquezas de detalhes, o que a autora chama de “*história dentro da história*.”.

Outra questão apontada por Alberti diz respeito a diversas utilidades que a metodologia pode ser aplicada dentro da história. Uma delas em particular é a história do cotidiano, ou seja, entrevista de história de vida que traduz com riqueza de detalhes as ações do cotidiano de uma sociedade ou indivíduo, além disso, ela também desmistifica as concepções sobre a história dos grandes homens e feitos, dando ênfase ao;

Estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos de interesse; o estudo de padrões de socialização e de trajetórias de indivíduos e grupos pertencentes a diferentes camadas sociais, gerações, sexos, profissões, religiões etc; Histórias de comunidades, como as de bairro, as de imigrantes, as camponesas etc, podendo inclusive auxiliar na investigação de genealogias; História de instituições, tanto públicas como privadas; registro de tradições culturais, aí incluídas as tradições orais, e História da memória. (2005: 166)

Apesar de oferecer múltiplas possibilidades de estudo dos diversos grupos sociais e classes, em análise, a história oral deve ser confrontada com outras fontes, sejam elas primárias ou secundárias. Desse modo, “Pode ser muito interessante comparar o que dizem as entrevistas com outros documentos de arquivo, pois às vezes há um deslocamento temporal ou de sentido que permite ao pesquisador verificar como a memória sobre o passado vai se constituindo no grupo”. (Alberti, 2005, p.187).

Percebe-se que, com análise consecutiva de diferentes fontes, se expandem as possibilidades de estudo do pesquisador, de modo a tornar o conhecimento sobre o tema mais amplo.

Diante dessa perspectiva, no capítulo seguinte, pretendemos compreender o mundo de pertencimento de Frei Enoque, ou seja, a Igreja Católica num período que compreende as transformações decorrentes do Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação. No Capítulo *A Igreja Católica do Brasil e as transformações do Concílio Ecumênico Vaticano II*, iremos entender quem era Igreja que o frade mencionado ingressou em 1967, o que ela defendia e qual foram suas principais mudanças.

2- A IGREJA CATÓLICA DO BRASIL E AS TRANSFORMAÇÕES DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II

A Igreja Católica uma instituição secular de teor conservador sempre esteve segundo Sandro Ramon Ferreira da Silva na tese de mestrado *Teologia da Libertação: Revolução e Reação interiorizadas na Igreja*, apresentada a Universidade Fluminense dividida entre o dever e os interesses, segundo o autor;

“[...] numa breve compreensão da história da Igreja Católica no Brasil, poderíamos dizer, que nas suas possibilidades de ação e de identificação, quanto aos interesses e objetivos comuns, ela oscilou sempre dentro do seguinte tripé: Estado, Roma e povo. De alguma forma, optar por uma parte significou afastar-se dos outros.”
(SILVA, 2006:18)

A Igreja a que a autora se refere, durante séculos, esteve atrelada aos interesses das elites que, através do regime de padroado, gozava de posição predominante, status econômico e político favorável. No Brasil, país de maioria católica, o regime de padroado caracterizou-se pela dependência da Igreja com o estado monárquico, dependência esta que acentuava privilégios à instituição, ou seja, havia uma união indissociável entre os dois, segundo Thales Azevedo em *Igreja e Estado em Tensão e crise*. “O padroado consistia praticamente no controle das nomeações de autoridades eclesiásticas e na administração das finanças da Igreja pelo estado.” (Azevedo 1978, p. 81). O imperador era tido como chefe titular da Igreja de modo que, além de nomear bispos, conceder benefícios eclesiásticos e manter financeiramente os bispos, ele também aprovava os decretos dos concílios e documentos.

Tal postura mantida pela secular Igreja Católica provocava seu afastamento do Vaticano que fingia não enxergar os crescentes problemas na sociedade eclesiástica brasileira. O esquema de padroado começa a ruir com a implantação do regime

republicano em 15 de novembro 1889, pois visava dentre outros projetos constitucionais a ruptura da Igreja com o Estado. Para isso, o governo aprovou as seguintes medidas: a liberdade de crença e culto, casamento civil, secularização dos cemitérios, ensino leigo nas escolas públicas, proibição de qualquer subsídio do estado ou qualquer relação de dependência entre o estado ou qualquer igreja, perda de direitos políticos, proibição de votar e ocupação de cargos públicos. Diante disso, Scott Mainwaring na obra *A Igreja Católica e Política no Brasil*, afirma que;

A Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo a secularização e as outras religiões e pregava a hierarquia e a ordem, instituindo um catolicismo mais rigoroso e que se intrometesse nas principais instituições. A nova missão da igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católicos. (Mainwaring, 2004, p.45)

Estas medidas acabaram aproximando a Igreja Católica brasileira do Vaticano e forçando a instituição a adotar outra postura organizacional administrativa, onde segundo Sergio Micelli na obra *A elite Eclesiástica brasileira*, a instituição buscou garantir

Autonomia material, financeira, institucional e doutrinária capaz de quaisquer pretensões futuras de influência política, ou seja, as metas eram: mais controle na administração, ensino e liquidação das irmandades. Reaver a parcela do patrimônio incorporado pelo poder público, tais como conventos, casas e miséricórdia, sedes de irmandades e terras. (Micelli, 1988, p.25).

Os meios pelos quais a Igreja Católica usou para garantir sua autonomia e segurança material financeira a aproximou mais ainda das elites locais, que, embora prejudicada com as reformas da recente república, não deixou de exercer influência entre a camada abastada da sociedade brasileira. Nesse sentido, podemos notar que o Clero buscou oportunidades para manter privilégios e influência junto ao estado. Para isso, ela expandiu seu campo de atuação com a instalação de dioceses, investimento na educação e formação de padres ligados a famílias da elite que como bem apresentou

Micelli “para concluir a ordenação era realizado uma investigação das origens sociais, posição, ocupações dos pais e avós. A última fase de adesão era correspondia ao montante de capital que o habitante e sua família estavam em condições de ofertar.” (Micelli, 1978: 37).

Dessa forma, além de recuperar bens materiais, a Igreja Católica restaurou a importância social e política garantindo sua influência e atuação no meio político. Quanto a isso, Miceli aponta que tanto no Nordeste como em outros estados do país havia inúmeras lideranças políticas saídas do clero que exerciam considerável influência em nível estadual, como no caso dos irmãos Campos Sales em Sergipe.

Com base nessa breve explanação histórica sobre a Igreja Católica, notamos que esta instituição durante séculos favoreceu os interesses das elites em favor de seus próprios benefícios, deixando de atuar em favor das classes menos favorecidas. Com isso, é pertinente apontarmos que essa concepção e ideal de Igreja muda com o Concílio Vaticano II, convocado pelo atual Papa Canonizado João XXIII, em 1959.

2.1 O Concílio Ecumênico Vaticano II e a Teologia da Libertação

Pastoral, Final dos Tempos e Paz. Esses são os três pilares do Concílio Vaticano II, nele a Igreja Católica “foi convidada a tomar consciência de que se encontrava diante de um mundo novo perante o qual devia representar os valores da igualdade universal, da pobreza, da justiça, da paz e da unidade cristã” (Alberigo, 2006, p.189).

Segundo Giuseppe Alberigo na obra *Breve Historia do Concilio Vaticano II, o Sínodo*, convocado em 1959, por Ângelo Giuseppe Roncalli, mais conhecido como papa João XXIII, o Concílio Vaticano II desperta entre os clérigos diferentes opiniões sobre o que viria a ser esse Concílio, para muitos ele seria apenas a continuação do Concílio Vaticano I, já que de acordo com Alberigo;

No dia 28 de outubro de 1959, o conclave havia eleito papa o cardeal Ângelo Roncalli, bispo de Veneza, na perspectiva de um pontificado de transição, ou seja, curto e destinado a superar na tranquilidade os traumas do longo e dramático reinado de Pio XII. Seguramente ninguém esperava de um papa uma surpresa clamorosa, muito menos de um papa quase octogenário uma surpresa daquele alcance. (Alberigo, 2006:18)

As especulações sobre o teor e o futuro do Concílio logo foi esclarecido quando o papa declarou que o Sínodo não seria uma continuação do Concílio Vaticano I, já que a Igreja vivia outra realidade e o mundo já não era mais o mesmo, assim arrolou Alberigo:

“[...] João XXIII faz em 14 de julho de 1959 ao card. Tardini, em nome do Concílio: chamar-se-á Vaticano II. Assim o papa afirma de maneira inequívoca que esse seria um Concílio Novo e não uma complementação do Vaticano I, deixado inconcluso em 1870. O Concílio portanto, sendo novo tem uma agenda totalmente livre e aberta não será a continuação de uma assembleia nascida e depois suspensa em um contexto histórico de conflitos e pessimismo, mas continuará uma página branca na história plurissecular dos Concílios.” (2006: 34)

Assim, o papa João XXIII anunciou, em 14 de julho de 1959, a convocação do 21º Concílio Ecumênico Vaticano II. Contudo, o novo Sínodo enfrentaria diversos desafios. O primeiro deles seria justamente o teor Ecumênico da reunião, pois como se tratava de Concílio Ecumênico ele teria que reunir chefes e representantes eclesiais dos quatro cantos do mundo no Vaticano. O que seria um desafio, pois segundo Hobsbawm a Guerra Fria “polarizou o mundo controlado pelas superpotências em dois blocos marcadamente divididos” (1991:235) e como bem apresentou José Oscar Beozzo na obra *A Igreja Católica do Brasil no Concílio Vaticano II*:

[...] no esforço empreendido pessoalmente pelo papa, para tornar possível a vinda dos bispos que se encontrava em países situados, como dizia na época, do outro lado da “Cortina de Ferro”, referindo-se aos países do Leste Europeu ou do outro lado da “Cortina de Bambu” para designar a república Popular da China. Esse esforço implicou contatos diretos com a URSS e, obtido o seu beneplácito, com os demais países do Leste Europeu, todos os

países com os quais a Santa Sé não mantinha relações diplomáticas. (Hobsbawm, 2005:148)

Além dos conflitos desencadeados pela Guerra Fria, como a crise dos mísseis em Cuba e a guerra da Coreia nas décadas de sessenta, em pleno período de preparação e convocação para a primeira sessão Conciliar, ocorrida em 11 de outubro de 1962, países da América do Sul, tais como Brasil e Argentina sofriam Golpes de Estado, ou, como é conhecido, Ditadura Militar.

Logo na ocasião da abertura da reunião episcopal, ficou claro que ele seria um divisor de águas para a Igreja Católica. Estavam presentes bispos e representantes eclesiais dos quatro cantos do mundo, sendo que na ocasião a América Latina teve maior representação, uma vez que nos Concílios anteriores a Igreja Latina não apresentava estrutura episcopal suficiente para exercer posições importantes de representação nos Sínodos. O Brasil, segundo José Oscar Beozzo em A Igreja Católica do Brasil no Concílio Vaticano II; “ficou à margem dos eventos conciliares que afetaram a Igreja como um todo, não tendo tido nenhuma participação direta os Concílios”. (Beozzo, 2005: 57).

Ainda, de acordo com Beozzo (2005), no Concílio de Trento, esse fato se deu principalmente pela falta de diálogo entre Igreja “brasileira” e o Vaticano, ou seja, os poucos bispos que tínhamos estavam subordinados a coroa Portuguesa. Já no Vaticano I, a presença de bispos brasileiros não chegava a 1%, dessa forma a participação dos 07 bispos brasileiros presentes na reunião foi irrisória.

Diferente dos demais Concílios, o Vaticano II teve uma das maiores representações de bispos brasileiros. Assim “A igreja do Brasil estava com o terceiro maior episcopado do mundo, logo depois do Italiano e do norte - americano. Os seus

204 bispos no momento da abertura do Concílio representavam peso significativo na composição do episcopado mundial.” (Beozzo, 2005, P.58).

Com base nos argumentos acima, notamos que a presença de bispos do conhecido terceiro mundo tornou-se igual aos do resto da Europa. Com isso, houve uma maior interação e trocas de experiências entre os integrantes de culturas e problemas sociais diferentes. Além disso, a forte atuação da Igreja Latina na reunião episcopal deixou evidente nas discussões os problemas sociais do continente, de modo que o papa “João XXIII afirmava que o empenho da Igreja de encarnar a mensagem evangélica também entre esses povos, com uma atenção especial para aqueles menos favorecidos (os “subdesenvolvidos”, como se dizia então)” (ALBERIGO, 2005, p.40).

Beozzo também ressalta que os problemas internos da Igreja Católica e a resistência que a instituição mantinha em aderir ou dialogar com práticas modernas provocou “um amplo debate, revisão e aprofundamento das estruturas internas da Igreja Católica, das suas relações com as demais Igrejas, comunidades cristã e religiões, e com os não crentes, a cultura a sociedade moderna e o mundo em geral.” (Beozzo, 2005, p.51).

Todas as discussões e debates gerados no Sínodo estenderam-se por quatro sessões que foi de 1962 a 1965; no entanto, os debates e decisões só começaram a dar frutos depois da segunda sessão. No entanto, a morte do papa João XXII deixou incerto o destino do Concílio, pois segundo Alberigo: “juntamente com a dor pelo desaparecimento de um homem que desempenhou profundamente seu papel de pai e de mestre, nascia uma pergunta inquieta sobre o prosseguimento ou não do Concílio: o concílio também morre com João? O que faria o sucessor ?” (2005:70). O autor ainda afirma que além dessas incertezas, ficava cada vez mais visível a oposição que o

concílio tinha dentro de Roma, mas segundo ele, esses opositores não podiam exercer influência sobre as decisões do papa seguinte.

As dúvidas foram sanadas quando o Conclave elegeu novo papa em 21 de junho de 1963, sendo ele o arcebispo de Milão cardeal Giovanni Battiste Montini, que passou a ser chamado de papa Paulo VI. O cardeal já vinha acompanhando o concílio e participou ativamente da comissão preparatória do Sínodo. Dado o seu vínculo com o projeto e anseios de João XXIII, o papa Paulo VI determinou a retomada dos trabalhos Conciliares. Entretanto, como bem apresentou Alberigo, “as diferenças de formação de personalidade e de experiência entre João XXIII e Paulo VI são tantas e profundas e que logicamente a orientação será bem diversa.” (2005: 72).

A frente das sessões conciliares, Paulo VI deixou claro seus objetivos, os quais consistia na exposição da teologia da Igreja, sua renovação interna empenho pela unidade dos cristãos e o diálogo com o mundo contemporâneo. Nem todos os projetos que os membros do Concílio discutiam e propunham eram bem vistos ou votados, alguns temiam as consequências futuras de projetos como a liberdade religiosa e a inserção de homens casados no diaconato. Este último, apesar de não ter sido votado, por ser considerado um absurdo, tornou-se um dos temas recorrentes nas sessões. Já o primeiro, tema bastante discutido atualmente, causou decisivos debates entre os clérigos presente e como bem definiu Alberigo:

“[...] condenar a violência e a coação no campo das opiniões religiosas, de qualquer parte e qualquer forma que forem exercidas. Tornava-se cada vez mais evidente que se tratava de afirmar a liberdade religiosa na convivência social e política, o que não impediria a Igreja Católica de continuar a reter para si a realização autêntica da verdadeira religião.” (2005: 159)

Contudo, a atenção do Concílio estava voltada para outras questões, de modo que muitas causas discutidas foram sendo negligenciadas, outras simplesmente não

saíram do papel. Dos pontos que as sessões conciliares não deram atenção está “o celibato, paternidade responsável (pílulas) e divórcio.” Mas tarde, em 1968, com a publicação da encíclica *Humanae Vitae*, nela Paulo VI deu continuidade às reflexões de João XXIII, sobre estas questões, na encíclica ele defende:

Os homens retos poderão convencer-se ainda mais da fundamentação da doutrina da Igreja neste campo, se quiserem refletir nas consequências dos métodos da regulação artificial da natalidade. Considerem, antes de mais, o caminho amplo e fácil que tais métodos abririam à infidelidade conjugal e à degradação da moralidade. Não é preciso ter muita experiência para conhecer a fraqueza humana e para compreender que os homens - os jovens especialmente, tão vulneráveis neste ponto - precisam de estímulo para serem féis à lei moral e não se lhes deve proporcionar qualquer meio fácil para eles eludirem a sua observância. É ainda de recear que o homem, habituando-se ao uso das práticas anticoncepcionais, acabe por perder o respeito pela mulher e, sem se preocupar mais com o equilíbrio físico e psicológico dela, chegue a considerá-la como simples instrumento de prazer egoísta e não mais como a sua companheira, respeitada e amada. principalmente o casamento e a paternidade ou seja, os métodos anticoncepcionais. ⁹ (1968, p.06)

Com esta declaração, Paulo VI deixava claro sua posição quanto os meios anticoncepcionais e a importância do matrimônio. No entanto, apesar dos problemas e contradições, não podemos negar que no Concílio Ecumênico Vaticano II a Igreja Católica teve a oportunidade de visualizar o quão defasado estavam as práticas litúrgicas e a relação Igreja sociedade estava. Com isso, o Concílio instituiu mudanças, que apesar de ínfimas, foi o suficiente para provocar grandes transformações no meio Católico e social.

Algumas dessas mudanças começaram pelo próprio Concílio. Nele, pela primeira vez, foi permitida a presença de auditores e auditoras, leigos e leigas, além de teólogos e representantes de religiões diferentes, assim arrolou Beozzo: a Igreja buscou mapear para além daqueles autores episcopais, outros protagonistas que foram

VATICANO. *Humanae Vitae* : Carta Encíclica sobre a regulação da natalidade 25 de julho de 1968.

ganhando corpo e espaço, cada vez maiores, à medida que o concílio avançava. (2005: 265).

As deliberações instituídas, principalmente, após o fim das reuniões conciliares, foram alteradas não só vínculo da Igreja Católica com a língua latina, ou seja, os estudos e liturgia seriam realizados com a língua mãe de cada nação, a mudança do eixo de celebração da missa, que passou do celebrante para os fiéis, mas também a relação da instituição com a sociedade. Fato que pode ser observado com a publicação da encíclica *Populorum Progressio*, onde o papa defende a necessidade de uma Igreja mais preocupada com a situação de miséria, desigualdade e justiça social, assim definiu Paulo VI:

“[...] nosso dever criar, entre os organismos centrais da Igreja, uma comissão pontifícia encarregada de «suscitar em todo o povo de Deus o pleno conhecimento da missão que os tempos actuais reclamam dele, de maneira a promover o progresso dos povos mais pobres, a favorecer a justiça social entre as nações, a oferecer às que se encontram menos desenvolvidas um auxílio, de maneira que possam prover, por si próprias e para si próprias, ao seu progresso»” (1967: p.03)¹⁰

O concílio Vaticano II, juntamente com a encíclica *populorum Progressio*, foi fundamental no desenvolvimento de ações eclesiais nas conhecidas regiões emergentes. Dos países de maior atuação de uma parcela da Igreja Católica está o Brasil, assim definiu Beozzo: “Havia uma forte consciência no episcopado brasileiro de que o concílio era não um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida para que a Igreja traçasse à luz da inspiração conciliar e em face dos desafios socioeconômico, políticos e religiosos da realidade, e seu próprio caminho pastoral.” (2005:362).

Para Beozzo, o Concílio, no Brasil, não se caracterizou como um ajuste de contas entre a Igreja e a sociedade, assim como ocorreu na Europa, mas como uma

¹⁰ VATICANO. "Populorum Progressio" carta encíclica sobre o desenvolvimento dos povos 26 de maio de 1967.

oportunidade de enfrentar os desafios. É importante ressaltarmos mais uma vez que a reunião conciliar não só correspondeu às mudanças na Igreja, mas também proporcionou, sobretudo, aos bispos da América latina a oportunidade de dialogar entre si, o que resultou no encontro de bispos Latino americano em *Medellin*.

Da conferência em Medellin, bispos latino-americanos e brasileiros refletiram sobre as práticas pastorais e a postura da Igreja perante os males das classes subalternas. As ideias e discussões de Medellin ofereceram suporte para a implantação da Teologia da Libertação e a Comunidades Eclesiásticas de Base.

Realizado de 20 de agosto a 06 de setembro 1968, a conferência geral dos bispos latino-americanos contou com a presença do papa Paulo VI que segundo o jornal “A cruzada” chegou à cidade de Bogotá na quinta, dia 21 de agosto:

Acontecimento inédito nos anais religiosos da América Latina, a presença do papa em Bogotá, onde chegou exatamente ao meio dia de quinta feira dia 21, recebendo manifestações sem igual na história do continente... Atividades papais: Paulo VI, aproveitará a oportunidade para participar da conferencia episcopal Latino Americana a realizar-se em Medellin, quando serão tratados problemas na Igreja da America Latina. (A Cruzada 24 de agosto de 1968)¹¹

Além do Papa, também estiveram na conferência bispos de vários países da América Latina, presentes nas sessões do Concílio Vaticano II. No Sínodo, a delegação brasileira era uma das maiores. Entre eles esteve presente Dom Vicente Távora e Dom José Brandão de Castro, dois representantes da Igreja em Sergipe.

Assim relatou o Jornal sergipano A Cruzada: “No próximo dia 08 de dezembro, deverá chegar a nossa capital S. excia D. José Vicente Távora. Procedente de Roma,

¹¹ PAULO VI RECEBIDO POR UM MILHÃO DE PESSOAS EM BOGOTÁ. Jornal A Cruzada, Aracaju, p.01, 24 de agosto de 1968.

onde se encontra participando do Concílio Ecumênico.” (A CRUZADA, 30 de novembro de 1963).¹²

O bispo que mais se destacou tanto no concílio como nos vários outros encontros na América Latina e no Brasil foi o bispo auxiliar do Rio de Janeiro e posteriormente arcebispo de Recife, Dom Helder Câmara. Dom Helder, juntamente com uma equipe de bispos na qual se encontra Dom Jose Vicente Távora, arcebispo de Aracaju, também foi responsável pela criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) onde exerceu o cargo de presidente. Ele também se destacou como um dos bispos a frente do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAN).

Na conferência em Medellin, o CELAN conseguiu reunir os bispos de países emergentes, conhecidos naquele momento como subdesenvolvidos, onde segundo Zilda Gricolliokoi na obra *Igreja e camponeses*: “A importância da reunião de Medellin está no fato de ter representado a culminância de um processo de trabalho organizado pelo CELAN, trabalho esse que tornou possível ao episcopado católico de toda a América Latina organizar sua ação pastoral pela liberdade dos oprimidos.” (Gricolliokoi, 1996, p.45).

Segundo a autora, nos documentos produzidos em Medellin, os principais temas destacados estavam a carência socioeconômica e a falta de um meio de evangelização mais popular. Com isso, após um fim da conferência, a CNBB, coordenou a criação de grupos pastorais regionais. Assim definiu Gricolliokoi: “cada regional deveria estudar sua realidade dada à diversidade das situações e das necessidades de intervenções, deveria também propor atuações e encaminhar as soluções que definissem como fundamentais na luta pela do homem.” (Gricolliokoi, 1996, p.47).

¹² DOM TÁVORA CHEGARÁ DIA OITO. Jornal A Cruzada, Aracaju, p.01, 30 de novembro de 1963.

A criação de grupos para atuar junto às comunidades pobres consolidou o que Ronaldo Muñoz, na obra *Nova consciência da Igreja na América Latina* definiu como: “a conscientização dos clérigos, onde os cristãos e suas comunidades sacerdotais vão tomando consciência desta missão e vão se comprometendo com os pobres para sua libertação, isso apoiado no Concílio Vaticano II e na *populorum progressio* e nos documentos de Medellín” (1979:200).

De acordo com Gricolliokoi, os grupos formados nas regiões carentes eram formados de “leigos ligados a CNBB, esses grupos formavam a comissão de justiça e paz, comissão pastoral da terra, comissão indigenista missionário e outros” (1996: 47). A autora não faz menção, mas um dos grupos de maior representação principalmente nas regiões rurais foram as “Comunidades Eclesiásticas de Base”, que, segundo frei Beto, eram grupos organizados em torno paróquia ou capela, por iniciativa de leigos padres ou bispos. (1985: 17).

Os membros da CEBS atuavam trabalhando junto a essas comunidades prestando auxílio, lutando contra a injustiça social e o analfabetismo. Para isso, como bem definiu frei Enoque, eles viviam e trabalhavam em determinadas comunidades de regiões carentes, vivendo e agindo como eles. A aproximação da “Igreja Católica” com as classes populares desenvolveu entre os clérigos envolvidos a possibilidade de pensar os problemas socioeconômicos como a desigualdade e a liberdade. Esta última cada vez mais restrita com as subversões da Ditadura Militar no Brasil.

Com as sanções cada vez mais duras instaladas pela Ditadura no Brasil, as práticas de clérigos comprometidos com os projetos de renovação foram cada vez mais questionadas pelo governo que tentou por meio de várias práticas coibir a atuação da ala progressista da Igreja Católica. Assim arrolou Beozzo: “com a tomada do poder pelos

militares no dia 31 de março de 1964, a derrota política das esquerdas no país segue-se a derrota eclesiásticas de seus aliados internos na Igreja” (2005:357).

Para tentar sufocar as ações dos clérigos progressistas, os militares e aliados, muitos deles religiosos do segmento mais conservador da instituição Católica, combateram os crescentes adeptos e a elite eclesiástica envolvida nas subversões, acusando-os principalmente de comunistas ou padres vermelhos.

As acusações estavam fundamentadas principalmente na concepção de que as ideias e práticas dos projetos dos grupos ligados a Teologia da Libertação, tal como as comunidades Eclesiásticas de Base, estavam relacionadas com o comunismo, onde segundo Frei Enoque, em Propriá, sertão sergipano, o bispo da diocese, os clérigos comprometidos com a justiça social e os direitos humanos eram taxados de comunistas, segundo ele Dom Luciano Cabral arcebispo de Sergipe “[...] sempre viu Dom José Brandão de Castro como comunista e se achava até no direito de denunciar.” (Melo, 2013).

Nesse caso, outra forma de enfraquecer o movimento progressista da Igreja Católica foi segundo Beozzo (2005), a mudança de direção da CNBB, e a transferência de Dom Helder do Rio de Janeiro, centro de efervescência política, para a arquidiocese de Recife. Com isso, os militares visavam afastar Dom Helder, um dos bispos mais atuantes da Igreja progressista no Nordeste dos órgãos de representação da instituição no Brasil e afastá-lo do núcleo de efervescência e influência do país que era o Rio de Janeiro. Contudo, a mudança de Dom Elder para Recife fez com que os movimentos sociais que envolvia leigos e clérigos ganhassem ainda mais força na região Nordeste.

E para uma melhor compreensão do envolvimento da Igreja de Propriá, Sergipe, nos movimentos sociais e a sua opção pelos pobres, no terceiro e último capítulo, nos debruçaremos sobre o mundo de pertencimento de Frei Enoque Salvador de Melo, um

dos clérigos formados em meio a todas as mudanças eclesiais já citadas anteriormente.

3- BIOGRAFIA DE FREI ENOQUE

Em quatro de dezembro de mil novecentos e quarenta e dois no auge da Segunda Guerra Mundial, nascia na pequena cidade de Cachoeirinha Pernambuco Enoque Salvador de Melo, mas como em sua cidade natal não possuía cartório, Enoque foi registrado na cidade vizinha de Belo Jardim. Filho mais velho dos agricultores João Salvador da Silva e Sebastiana Maria de Melo, Enoque, por motivos desconhecidos, foi criado por sua tia materna dona Maria José de Melo.

Solteira, dona Maria José viveu com o filho no bairro Mocambo, região carente de Recife. A pequena casa de madeira, onde Enoque viveu seus primeiros anos, logo foi substituída por uma casa um pouco mais moderna. Após alguns anos mudaram-se para Rua Frei Casemiro no bairro Santo Amaro, próxima a igreja de São Sebastião. Foi ali que ele passou a maior parte de sua adolescência e juventude.

Quando contava com seus 10 a 15 anos Enoque lembra que as dificuldades financeiras que a família passava eram supridas pela ajuda dos avós;

“[...] minha avó Josefa e meu avô, eles traziam coisas de Cachoeirinha a cidade que eu nasci, quando vinham, vinham de trem. Pegava o trem em São Caetano e vinha de Cachoeirinha até São Caetano de São Caetano pegava o trem para Recife, era uma viagem cansativa, onde eu era que ia esperar na rodoviária para ajudar com o carinho para trazer as coisas.”

(Melo, 2014)

Quanto a sua educação, o depoente revela que, após completar o primeiro grau, sua mãe, mesmo com todos os problemas financeiros se esforçava para mantê-lo em um dos colégios de elite de Recife, o Colégio Diocesano de Garanhuns, instituição

pertencente à igreja. Nele, havia dois cursos o científico e o clássico. O clássico para quem ia fazer advocacia ou ser professor e o científico para quem ia fazer Medicina ou Química. *“E o sonho de minha mãe era que eu fizesse medicina eu nunca tive vontade, e meu sonho era fazer Direito”*.

Aos 17 anos, em 1963, Enoque era um jovem comum como outro qualquer. Torcedor assíduo do Esporte gostava de jogar futebol no time do bairro, brincava carnaval, namorava e trabalhava para ajudar a mãe nas despesas da casa e já estava com seu futuro planejado, iria prestar vestibular para Direito. Até que, em 1966, nas famosas e tradicionais Páscoas que eram comemoradas por diversos segmentos da sociedade, ocorre um evento que muda o rumo de sua vida.

Entre as páscoas destacava-se a Páscoa dos militares e a Páscoa dos bancários. Nessa ocasião, Enoque já contava com seus 20 anos, era noivo de uma moça chamada Lurdinha, que era da cidade de Cacheirinha, e trabalhava como bancário no banco pernambucano, quando ele, como funcionário do banco, resolve participar da comemoração junto com seus colegas de trabalho. Foi em nesse momento que Enoque teve contato com frei Angelino Caio Feitosa. Segundo o depoente; *“Ele falou tão bem sobre São Francisco, empolgou tanto que ficou aquela semente.”* A partir desse momento, Enoque resolve deixar tudo que havia conquistado e seguir outro objetivo de vida;

[...] “estudava me preparava para ser um bom advogado, era noivo quando resolvi entrar no convento. Foi um outro choque porque minha mãe não queria, minha mãe que tinha me criado era tido como filho único é pra ela foi um trauma muito grande, mais superou” (Melo, 2013)

Em janeiro de 1967, aos 21 anos, Enoque entra no convento dos Franciscanos Menor da região de Siriahein¹³ em Recife. Com a idade relativamente tardia para seguir a vocação sacerdotal, o jovem recebeu seu primeiro hábito, tornando-se noviço franciscano no mês de fevereiro do mesmo ano. De imediato, o noviço teve que se adaptar a rotina e normas do convento;

“Ai foi outra vida muito difícil porque eu era acostumado a ter meu dinheirinho e no convento a gente não podia receber visita a gente não podia ir em casa, não podia escrever se eu tivesse e receber alguma carta da família ela era aberta antes, se você ia escrever tinha que entregar a carta aberta para ser lida, se você precisasse de um sabonete tinha que pedir pelo amor de Deus, você era mandado na refeição se ajoelhar, com o prato na mão”
(Melo, 2014)

As atividades do dia a dia do mosteiro eram divididas entre os estudos teológicos e as obrigações religiosas. No convento dos frades de Recife, havia noviços das regiões de Pernambuco, Pará e Ceará. A turma de Enoque era composta por 16 noviços e todos já tinham o segundo grau completo, cada noviço tinha sua cela simples (quarto), composto de uma cama e um armário. Não eram permitidos aparelhos eletrônicos como rádio ou televisão. A turma ainda era acompanhada por um frade superior da casa, conhecido como guardião ou mestre, este era responsável pela formação da turma.

O dia no convento começava cedo. Ao levantar, os noviços se retiravam para fazer o jejum servido em uma sala grande com mesa coletiva. O café simples era

¹³ O convento Franciscano de Santo Antônio foi construindo em 1630 e reconstruído na segunda metade do século XVII, após a expulsão dos holandeses. Em 1850 o convento estava abandonado e apresentava sérios problemas estruturais, até que no início do século XX frades alemães dão início a recuperação do prédio para assim torná-lo habitável e apto as suas funções religiosas. No período que estudou no mosteiro Enoque revela que a presença dos padres alemães era muito forte.

<http://pjferraz.blogspot.com.br/> acessado em 15 de janeiro de 2015

compartilhado por todos que *“na mesa grande se sentava e ficava de costas para a parede. Primeiro havia a leitura do evangelho, toda regra de são Francisco, toda a vida franciscana”*. Em geral a alimentação dos noviços e frades eram simples. Somente em dias de festas havia uma refeição mais elaborada; *“tinha fruta, tinha refrigerante, vinho né”*. Após as refeições os noviços eram direcionados para suas atividades clericais, que além das orações diárias também incluía estudos sobre *“os escritos franciscanos, cartas tudo isso que tinha a vida dos santos, Santo Antônio, pois esse era um ano em que a gente se espelhava e ia na fonte da vida da espiritualidade franciscana”* (MELO, 2014).

Os estudos sobre Filosofia, Teologia e ciências afins, eram realizados fora do convento após a realização dos votos que inclui pobreza, castidade e obediência. Os cursos fora dos muros do mosteiro eram um dos poucos momentos que os jovens estudantes tinham contato com o mundo externo, onde os noviços entravam em contato com estudantes de outras ordens da igreja, professores e universitários, já que o Instituto de Teologia de Recife (INTER) local onde estudavam, funcionava na Faculdade de Filosofia de Recife (FAFI).

“Veja bem, eu tive a graça de começar estudando no instituto fundado por dom Elder né, eu faço os primeiros votos em 1968 e vou estudar. Faço parte da turma que vai estudar no INTER instituto de teologia. Esse instituto funcionava na faculdade de filosofia de Recife, então a gente tinha contato com os estudantes universitários, então tinha o centro acadêmico é e a gente então tomava consciência de tudo que acontecia, por que nesse instituto que abriu-se estudava os franciscanos, os seminaristas que iam ser padre secular, os seminaristas que seguiam outras ordens” (Melo, 2014)

Durante todos os dias da semana, à tarde, em 1969, uma combe pegava os noviços os quais nesse período estavam no mosteiro que ficava na subida da Sé em

Olinda e os levava para Instituto de Teologia¹⁴ em Recife fundado por Dom Helder Câmara¹⁵. Nessa época, o instituto contava com padres e professores renomados no seu quadro de colaboradores, como o sociólogo Humberto Plumén e o famoso teólogo José Comblin¹⁶, que segundo o noviço era “*um dos maiores teólogos da America Latina que defendia a Teologia da Libertação*”.

Em 1970, os estudantes tinham cursos excelentes e os professores eram os melhores que se podia ter naquele período, mas para a turma de alunos que viviam um dos períodos de transformação da Igreja Católica e uma das fases mais marcantes da história brasileira, isso não era suficiente. Segundo Enoque;

“Recife, foi um centro de efervescência muito grande, foi lá que apareceu morto torturado o colaborador de dom Helder o padre Antônio Enrique, nós estávamos lá e a gente presenciava muita coisa muita confusão. Nós tivemos um padre que foi preso, frei Bomfim, junto com frei Juvenal, porque ele se recusou a celebrar no dia sete de setembro porque é... a pedido dos militares, ele tinha que celebrar a independência do Brasil e dizer que o Brasil estava livre do comunismo aí ele se recusa, porque se recusa ele é preso e torturado, depois ele ficou psicologicamente abalado.” (Melo, 2014)

Em meio a toda essa efervescência no cenário político brasileiro, alguns jovens estudantes do INTER, começaram a questionar o jeito que até então a parte

¹⁴ O INTER foi criado por Dom Helder Câmara em 1968 e fechado em 1989, por decisão do Vaticano, conjuntamente com o Seminário Regional do Nordeste II. O INTER foi responsável pela formação intelectual de teológica, sacerdotes e leigos.

http://iconacional.blogspot.com.br/2008/07/blog-post_6447.html/ Acessado em 15 de janeiro de 2015

¹⁵ Helder Pessoa Câmara nasceu em 1909 em Fortaleza Ceará. De família numerosa, Dom Helder tornou-se padre aos 22 anos e em pouco tempo já ocupava cargos importantes da Igreja Católica, chegando a trabalhar no Rio de Janeiro. Lá ele foi elevado a bispo auxiliar do Rio de Janeiro pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil. Aos 55 anos em 12 de março de 1964 dom Helder foi nomeado arcebispo de Olinda, no cargo ele desempenhou inúmeras funções, principalmente em Organizações não Governamentais, movimentos estudantis e operários, ligas comunitárias contra a fome e a miséria. Ele também desenvolveu atividades de auxílio a comunidades carentes do Nordeste. Além disso, ele também participou do Concílio Vaticano II, tornando-se um dos seus principais representantes das mudanças do concílio no Brasil.

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=243&Itemid=183/ Acessado em 15 de janeiro de 2015.

¹⁶ - teólogo José Comblin é considerado um dos maiores teólogos da America Latina.

conservadora da Igreja Católica vinha agindo em relação aos abusos dos militares e ao auxílio que a igreja vinha prestando às comunidades mais carentes. Foi aí que os jovens de diferentes dioceses se reuniram para discutir a formação de um grupo de estudos diferente; *“a gente descobria que aquilo não formava pastores formava intelectuais. Então fizemos um levante, e um grupo de alunos, apresentaram a proposta de parar os estudos acadêmicos e fazer os estudos que se chamou a Teologia da Inchada”* (Melo, Enoque Salvador. Depoimento concedido em 18 de maio de 2013 a Antônio Lindvaldo Sousa).

Segundo o depoente, os objetivos da Teologia da Inchada era colocar em prática o que haviam estudado, com isso os jovens noviços foram divididos em três equipes, uma equipe foi para Salgado, na diocese de João Pessoa na Paraíba, outra ficou na Diocese de Caruaru, na região de Tacaimbó com o foco direcionado para a região carente de Arcos Verdes, e a outra fez a experiência em Solânia, na Bahia.

Entre os estudantes que faziam parte da Teologia da Enxada Enoque destaca frei Raimundo Nonato, João Batista que se torna monge e João Firmino que se ordenou padre do Ceará. Durante os estudos, estes jovens, juntamente com os demais, faziam trabalhos de campo e eram acompanhados por um dos professores, este era responsável por fiscalizar e direcioná-los com nas atividades;

[...] “o nosso método era muito simples, porque o professor passava um estudo e a gente tinha um mês para terminar. O estudo era por tema: Jesus Cristo! na primeira semana a gente pesquisava o que era Jesus Cristo. Pesquisava o que o povo achava de Jesus Cristo? Para eles o que era Jesus Cristo? E a gente partia do conhecimento deles. A segunda semana era o que é teologia, qual era os estudos que tinha sobre Jesus Cristo. A terceira semana era o confronto entre o que o povo dizia o que a igreja dizia e o que os livros dizia e aí nessa última semana vinha um padre que nos acompanhava que era o padre Coblin ou o padre José Servá ou o padre Renê Guerra ou o padre Humberto Plumen. A segunda fase dos trabalhos era morar nessas comunidades, viver e trabalhar como eles, para depois levar as escrituras até povo, saber o que eles pensam, o que dizem, tornando-se pastores desse povo” (Melo, 2014)

Ainda em 1970, quando era estudante, Enoque e frei Roberto seguem para a diocese de Propriá, localizada no alto sertão sergipano, esta era administrada pelo então Dom José Brandão de Castro. A mudança fazia parte das experiências da Teologia da Inchada. Na ocasião, já estavam na diocese de Propriá frei Angelino Caio Feitosa, mestre dos noviços no convento de Olinda Recife e o sergipano Juvenal Vieira Bomfim.

Quando chegaram à região sergipana, os seminaristas da ordem dos franciscanos menor se deparam com uma diocese, onde a pobreza e a exploração da mão de obra dominavam o cenário social das comunidades ribeirinhas. Embora tivessem a presença marcante de padres Belgas e bispos comprometidos, a população carente era explorada pelos grandes latifundiários.

[...] “o dom José Brandão que era um bispo que tinha participado do Concílio Vaticano II desde a primeira seção, tinha poucos padres e tinha uma diocese complicada nas margens do São Francisco com um potencial de miséria muito grande é é é, eu tava terminando os estudos e eles abriu uma casa em sessenta e nove eu tava terminando os estudos fazendo estágio com um grupo de estudante na diocese de Caruaru, estágio Pastoral e era acompanhado pelo famoso teólogo padre José Comblin na é é é aí era o tempo das comunidades eclesiais de base e toda aquela efervescência” (Melo, 2014)

Logo que chegaram, os estudantes juntamente com os padres e freis que já se encontravam na comunidade começaram os trabalhos junto à população carente da diocese de Propriá. Foco dos trabalhos *“era o resgatar da dignidade das pessoas que viviam na terra que Deus tinha criado para todos, não era vontade de Deus o que eles passavam. Trabalhar de meia no arroz na beira do rio, aquilo era escravidão! e não trabalho né.”*

Em 1971, quando os trabalhos da igreja, estavam começando Enoque recebe em Tacaimbó o Diaconado, ou seja, o primeiro passo para a ordenação, que ocorre em 05

de dezembro do mesmo ano na igreja de Porto da Folha. A cerimônia de Ordenação presidida por Dom José Brandão de Castro fugiu às normas ditadas pela Igreja Católica que prevê a ordenação de um padre em uma diocese ou em sua terra natal. Nesse caso, dois dias depois da ordenação, no dia 07 de dezembro, Enoque realiza os últimos votos, seguindo assim a ordem franciscana *“de pobreza, castidade e obediência.”*

Algum tempo depois obedecendo às normas da Igreja Católica, o recém ordenado frei Enoque, volta a sua cidade natal Cachoeirinha, com o objetivo de celebrar a primeira missa. Durante sua visita a cidade, o depoente fala que teve a oportunidade de rever sua ex- noiva Lurdinha, que segundo ele não acreditava que Enoque a havia deixado para seguir a carreira sacerdotal; *“No começo ela não acreditou que tinha me perdido pra Jesus, achava que tinha outra. Na minha missa, quando eu fui ela tava lá. Casou e teve filho né”*

3.1 Ações Missionárias de Frei Enoque no Alto Sertão Sergipano

Em Sergipe, a diocese de Propriá nos últimos anos como a Igreja de Paraíba tem, juntamente com outros grupos, se colocando na vanguarda da defesa de posseiros, trabalhadores rurais em luta por reivindicações trabalhistas e trabalhadores rurais sem terra que brigam por um pedaço de chão. (Silva, 1992, p. 62)

Frei Enoque conta que a diocese de Propriá abrange cerca de 25 municípios e apresentava um potencial de pobreza muito grande, agravado pela exploração da mão de obra e abuso de autoridade dos latifundiários e políticos da região.

No ano de 1970, ao chegar à região, o frade fala que já havia atuação de Padres Belgas; *“Quando nós chegamos aqui, o grande movimento que existia era um movimento puxado pelos padres Belga, quase todos estrangeiros vindos da Bélgica.”*

Segundo Enoque os padres Belgas tinham um jeito peculiar de trabalhar com as comunidades. A assistência prestada pelos Belgas consistia em ajuda financeira, distribuição de alimentos, filtros de água e terras, o que de fato amenizava temporariamente os problemas das comunidades, mas não os resolvia de forma “definitiva”.

De acordo com o autor, as comunidades eclesiais de base à qual ele pertencia tinham outras ideologias quanto à forma de auxílio à população pobre. Segundo ele;

“A diferença era que a gente primeiro via o que se tinha em comum, antes de pedir qualquer coisa ao estrangeiro, antes de receber o filtro, vamos ver o que a gente tem o que a gente pode formar, o problema não é só de você que não tem o filtro, tem mais gente que não tem filtro, então vamos discutir isso. Eles compraram as terras do Camarupim e a gente se associa as lutas do trabalhador do Betume. Não é a diocese comprando terra se aliando aos usineiros para amenizar a vida de vocês, é vocês assumindo o protagonismo, essa é a diferença que deu tensões, deu tensões né, porque eles estavam nos cargos de vigário geral e o próprio bispo via neles a salvação porque ele tinha poucos padres. (Melo, 2014).

O autor afirma que as tensões entre os padres Belgas, padres redentoristas¹⁷ e os franciscanos ligados a teologia da libertação logo foi dissolvida, pois na medida em que os trabalhos junto às comunidades proporcionavam efeitos positivos, outros padres e leigos juntavam-se ao movimento. Assim revela Enoque, “*mas depois padre Nestor Matiê (belga) se torna o grande aliado desse caminhar e o bispo (redentorista) também assumi a luta*”

De acordo com Silva, de 1968 e 1973 a Igreja Católica retirou seu apoio ao estado e assumiu outra política de assistência aos posseiros¹⁸ e trabalhadores que acarreta em conflitos entre as duas instituições mais poderosas e influentes até então.

¹⁷ Padres ligados a ala conservadora da Igreja Católica. Em Propriá o representante mais importante desse grupo era o próprio bispo Dom José Brandão de Castro.

¹⁸ Segundo o dicionário Michaelis escola, Posseiro significa: aquele que se encontra na posse legal de certa área de terras. 2 Que, ou indivíduo que ocupa terras sem título.

“Até 1973, sobre tudo entre 1968 e 1973, há prisões de bispos, padres e agentes de pastoral. Estava havendo confrontos sérios entre a igreja e o estado.” (1992: 52).

Na região do alto sertão sergipano, na diocese de Propriá, Enoque conta que eles;

“morávamos em Porto da Folha e nós formamos junto com o bispo né, é que o clero era pequeno o que se chamava equipe missionária então a gente atendia as áreas mais pobres. Essa equipe missionária era formada por irmã Francisca, ainda ta viva, irmã Terezinha, padre Nestor o bispo, padre Grigório, padre Miguel, eu, frei Roberto né, sob a coordenação do Bispo e a gente então passava quatro a cinco dias num lugar.” (Melo, 2014)

Essa equipe missionária estava dividida em duas. Havia os que atuavam nas igrejas fazendo trabalhos clericais e os que atuavam em campo; *“a gente caminhava, eu frei Roberto de pé porque era os mais novos os mais jovens, a gente saía passava três dias quatro dias uma semana e entrava na vida da comunidade isso tudo e é assim que gente entra e começa o trabalho também pelas terras.”*

A atuação da equipe missionária resultou em desapropriações de grandes latifúndios como a Ilha de São Pedro dos Britos de Propriá, A Serigy em Pacatuba, a CODEVASP no Betume, a CHESF em Canindé com a barragem do Xingó, Barra da Onça de Antônio Leite, grande fazendeiro de Ribeirópolis, Ilha do Ouro que estava passando por uma contenda judicial entre os herdeiros. Saiu Pedras Grandes, Clemente e Flor da Serra.

Todas essas ações tiveram a participação direta ou indireta dos missionários, de modo que para coibir as práticas dos padres, fazendeiros, políticos e até mesmo membros da justiça que teoricamente deveriam agir em favor do cidadão, passaram a perseguir e agredir, física e moralmente membros da diocese comprometidos com as ações missionárias. Com isso segundo o depoente

*[...] “Frei Roberto tinha sido espancado em setenta e dois na fazenda Araticum da família de seu Opídio né. Eles (**fazendeiros**) entraram na justiça me proibindo de entrar nas terras deles que*

era particular e para que eu pudesse legalmente entrar, o bispo teve que fazer uma coisa que eu não tinha me ordenado pensando nisso, ele me nomeou vigário de Porto da Folha e como vigário de Porto da Folha eles não podiam impedir o culto.” (MELO, 2014)

O depoente conta, que não recorda as datas exatas destes acontecimentos, mas ele revela que a década de setenta até meados da década de oitenta a igreja sofreu vários ataques. Em uma destas ocasiões, a diocese de Propriá foi invadida e o padre Etienne Lemaire humilhado e agredido fisicamente sendo puxado pelas barbas. De acordo com Enoque o objetivo destes atos era atingir o bispo.

Em 1984 Dom José Brandão de Castro lança uma nota no jornal a Defesa de Propriá. O artigo de titulo “*Um fato triste*” apresentava a seguinte notícia;

Um fato triste que se deu na minha ausência foi as prisões dos padres Enoque e Roberto, juntamente com Jorge Pereira Lima, Manoel de Oliveira e mais doze agricultores em Porto da Folha... Assim protestamos contra o que aconteceu com nossos irmãos em Porto da Folha. Lastimo profundamente que tal injustiça tenha acontecido com o apoio de autoridades de Porto da Folha e do estado de Sergipe. Foi um ultraje dos direitos humanos dos flagelados da seca e das pessoas que sempre procuraram estar ao seu lado. (UM FATO TRISTE. A defesa, Propriá, p.07, junho de 1984.)

O frade mostra que no momento em que foram presos a mando do juiz Francisco de Melo Novais, acusados de incentivar na região a instabilidade, ele era considerado um elemento perigoso para a sociedade.

[...] “esse eu me lembro era dezenove de março, porque era festa de são José. Quando eu chego em Porto da Folha, eu celebro a missa em Lagoa do Rancho e aí quando eu chego tem um chamado para eu comparecer no fórum, aí eu vou. Quando chego, lá fico preso, aí o pai do finado Luiz que era presidente do sindicato sabe e vem me visitar e fica preso também e frei Roberto vai e fica preso também e aí a gente é liberto perto de meia noite.” (Melo, 2014)

Segundo ele, havia uma lista de pessoas perigosas. Estas deveriam ser vigiadas constantemente pelas autoridades. Partindo desse principio, é possível entender melhor

o porquê de frei Enoque ter sido acusado de incentivar a população a invadir e forçar a desapropriação das terras da fazenda Ilha do Ouro. Nesse caso, é importante notarmos que o acusado sequer ficou sabendo de tal acusação, já que a própria justiça, tendo a frente o juiz Francisco de Melo Novais, não entrou em contato com o frei. É importante ressaltarmos também que o frei não atuou tão assiduamente na Ilha do Ouro, mas mesmo assim foi acusado.

3.2 Conjunturas Históricas

É essencial notarmos que a odisseia de Enoque Salvador de Melo, mais conhecido como frei Enoque está inserida em dois momentos importantes da História, a Ditadura Militar no Brasil e o Concílio Vaticano II promovido pela Igreja Católica. Esses dois movimentos protagonizaram vários embates políticos e ideológicos a partir de 1964. Assim notamos que o mundo de pertencimento de frei Enoque teve como base esses dois momentos.

[...] “eu sou fruto de duas grandes explosões que mexe com as pessoas, sobretudo como estudante. Eu sou fruto da ditadura né. Na época era juvenzinho do interior que em 1968 entra no convento e lá no convento já se depara com uma realidade terrível. Porque Siriahein ficava na zona da cana e com a revolução muitos camponeses, muitos agricultores sindicalistas foram torturados e corriam se escondiam no terreno grande das terras da igreja do convento, de unhas arrancadas e tudo mais [...] Eu sou fruto de todas as novidades que iam chegando do Vaticano II. Meu bispo Dom José Brandão participa de todas as seções inclusive a inaugural. A diocese de Propriá é fundada com o papa João XXIII, então há um bocado de seiva aí nessa árvore, então pra gente aquilo era uma fonte de inspiração muito grande.” (Melo 2013)

Segundo Thomas Skidmore, o movimento de 31 de março de 1964 foi o anúncio de um novo panorama político e social no Brasil, que governou o país com autoritarismo e perseguições aos opositores do regime. De acordo com Skidmore; “a

organização de novos grupos políticos contrários ao regime militar parecia praticamente impossível na atmosfera manipulada criada pelos revolucionários” (2010: 367) A oposição de esquerda não apresentava em seus projetos políticos confiança e nem ideias sólidas o bastante para unir forças contra os militares, ou seja, não havia uma unidade política de esquerda ou de centro forte o suficiente naquele momento.

Apesar do enfraquecimento dos agentes opositores ao regime, Skidmore destaca duas forças contrárias à forma de governo vigente no período em questão: “Os dois centros importantes de oposição política constante depois de 1964 eram os estudantes universitários radicais e o clero progressista da Igreja Católica. É significativo que esses dois grupos fossem os únicos a permanecer firmes em suas respectivas posições ideológicas.” (2010: 367)

Entretanto é fundamental destacar que após o golpe a igreja demonstrava em seu interior divisões que contribuiu na formação de dois grupos distintos. De um lado havia os conservadores que corroboravam com as praticas dos militares, enquanto os progressistas lutavam contra o governo autoritário. Nesse caso, Isaias Nascimento afirma que; “havia os que davam graças a Deus por que os militares protegiam o Brasil do comunismo e aqueles que defendiam a democracia e a justiça social.” (2008, p. 27).

A ala progressista era composta por bispos, arcebispos, cardeais, clérigos e leigos que defendiam a aplicação dos princípios do Concílio Ecumênico do Vaticano II, ocorrido no vaticano entre 1962-1965. Diante da situação de miséria, repressão e injustiça social, os membros dessa ala agiam na defesa dos movimentos sociais e apoio aos grupos perseguidos pelo regime. Esse envolvimento de clérigos contra as ações dos militares desencadeou uma serie de ameaças, censuras e perseguições, prisões e processos, porém “A repressão política mais violenta, vitimou os setores de base da

Igreja, que sofreram atos de expulsões, de sequestros, de prisões, de tortura, mortes e desaparecimentos.” (CANCIAN, 2011, p. 53).

Em nível local, José Ibarê da Costa Dantas em “A Tutela Militar em Sergipe revela que “o processo de adaptação e adesão ao Estado Autoritário em Sergipe foi reforçado também pelas transformações que ocorreram na cúpula da Igreja Católica em nível local a partir da década de 1970.” (1997: 145) Ou seja, a cúpula da Igreja sergipana estava dividida entre progressistas com o Arcebispo de Aracaju Dom José Vicente Távora e os conservadores representados pelo padre Luciano Cabral Duarte, elevado a bispo auxiliar em 1966.

Dom José Vicente Távora chegou à diocese de Aracaju em 1957, quando a província eclesiástica de Sergipe ainda pertencia a Maceió, que somente em junho de 1960 passa a categoria de Arquidiocese, quando é criada a Província Eclesiástica de Aracaju. Na ocasião também foram criadas a diocese de Estância e Propriá. Quanto a isso, Eduardo Augusto Santos em sua monografia “Sergipe no Vaticano segundo revela”: Para que a Diocese de Aracaju fosse elevada a categoria de Arquidiocese era imprescindível que antes se concretizasse as instalações das dioceses de Estância e Própria, o que somente veio a ocorrer em outubro de 1960. (2012: 61)

O difícil relacionamento entre o arcebispo, militares e o seu bispo auxiliar desencadeou uma série, de contratempos que o levou a morte no dia 03 de abril de 1970. Assim:

(...) Dom Távora e Dom Luciano travaram calorosas discussões. Em meio à pressão de todos os lados e fortes contrariedades, na madrugada do dia 03 de abril de 1970 Dom José Vicente Távora expirou. “O pastor dos operários”, como foi chamado pela imprensa que já havia sofrido dois infartos anteriormente, inclusive um 14.12.69, não resistiu ao terceiro. Com a morte de Dom Távora caía à maior cidadela de resistência da Igreja em Sergipe num momento marcado pela repressão. (Dantas, 1997, p. 148-149)

Com a morte de Dom Távora, Dom Luciano, até então bispo auxiliar, ascendeu como arcebispo de Sergipe em 1971, facilitando de tal modo o controle autoritário dos militares, já que contava com o apoio mais sólido da Igreja Católica. No entanto, longe da efervescência da capital, crescia na diocese de Propriá administrada por Dom José Brandão de Castro um núcleo de resistência e apoio às comunidades carentes:

Silenciosamente, longe da imprensa e dos núcleos de resistência subsistente, solidificou-se o pacto entre as elites civis, militares e eclesiásticas, tornando a estrutura de dominação de Sergipe ainda mais estratificada e resistente a mudanças. A conformidade não foi maior porque a diocese de Propriá começou a preocupar-se com a situação de grupos das classes subalternas e a proporcionar guarida a alguns religiosos que passavam por Sergipe, motivando apreensões e acompanhamento das forças de segurança. (Dantas, 1997, P. 149)

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa pesquisa, buscamos compreender através das memórias e experiências vividas do personagem (objeto) *frei Enoque Salvador de Melo*, as transformações da Igreja Católica desencadeada com o Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação. Além disso, foi possível também vislumbramos momentos importantes da sociedade brasileira, especialmente a sergipana. Diante disso, observamos que frei Enoque foi um agente dessa Igreja que buscava, sobretudo, recuperar não só o prestígio e a tradicional influência abalados pelas transformações sociais decorrentes das novas configurações modernas que o mundo apresentava, mas também rever e refletir sobre a sua relação com a sociedade.

Como agente transformador dessa Igreja, Enoque teve a oportunidade de estar em contato com líderes da Igreja Católica, tais como bispos e teólogos que estiveram presentes no Sínodo e na reunião dos bispos da América Latina. Muitos deles, personagens importantes na criação e organização de movimentos responsáveis pelos trabalhos sociais junto aos menos favorecidos das cidades ou do campo.

Nos primeiros anos de estudo no convento de Santo Antônio em Sirinhaém, o frade se deparou com a realidade da instituição administrada por frades, Alemães tradicionais que alimentava uma religião ritualista e conformista. Em contrapartida havia também frades consciente de que a Igreja Católica, ou pelo menos uma parcela dela, estava comprometida com os pobres e em promover as modificações defendidas por clérigos progressistas.

Embora houvesse uma total discrepância entre as ideias dos frades superiores do convento, Enoque foi despertado para a atual realidade da sociedade que envolvia principalmente a desigualdade social da região de Sirinhaém e as perseguições que

líderes locais sofriam com ditadura militar. Entretanto, foi no INTER (Instituto de Teologia de Recife), criado por Dom Helder Câmara, bispo que havia sido presidente da CNBB, membro efetivo e principal representante do Brasil no CELAN, participante do Concílio Vaticano II e da Reunião em Medellín, que o frade teve contato com estudantes, teólogos e padres da ala progressista da Igreja Católica.

Entre os mentores frei Enoque, no INTER, estava o teólogo José Comblim, o sociólogo Humberto Plumém e René Guerre, padres intelectuais progressistas, empenhados em aplicar novos métodos teológicos que incluíam experiências de formação que objetivava refletir a partir da realidade de agricultores e famílias camponesas a realidade no campo. Esse projeto como definiu frei Enoque ficou conhecido como “Teologia da Enxada”

A experiência de frei Enoque com a Teologia da enxada e a aproximação com o frei Angelino Caio Feitosa e o sergipano Juvenal Vieira Bonfim, acabou trazendo o franciscano até a região do alto sertão sergipano, onde a diocese de Propriá apresentava um histórico de pobreza e de dependência com a elite latifundiária. Além disso, a diocese não possuía clérigos suficientes para atender a população.

O trabalho que frei Enoque juntamente com as comunidades eclesiais de base a qual ele fazia parte, desenvolvidos na região ribeirinha do rio São Francisco, foi essencial na organização de movimentos sociais que visava lutar contra a exploração de homens mulheres e crianças.

O termo exploração que estamos utilizando corresponde não só ao ato ou efeito de explorar, mas também ao abuso da ignorância ou especial situação de alguém para se ter vantagem. Nesse caso, observamos que a diocese de Propriá não atuava apenas em busca de justiça social, mas buscavam juntamente com a população agir contra a autoridade de latifundiários e políticos que usavam o prestígio e poder para coibir a ação

dos missionários. Esses missionários, incluindo frei Enoque, buscavam atuar junto a população no resgatar a dignidade, identidade e as práticas culturais, perdidas no tempo.

Por fim, podemos perceber através do nosso personagem (objeto) a ação de novas concepções que surgiram na Igreja Católica no pós Vaticano II. Uma Igreja que durante séculos esteve defendendo os interesses da elite em detrimento dos outros segmentos sociais, que infringiu no seio de um país dominado por uma ditadura que limitava a liberdade e a democracia. Uma nação, que em pleno século XXI, ainda era dominado pelo mandonismo no interior do Nordeste, mudanças que provocou insatisfação não só entre a elite brasileira, mas também entre o próprio clérigo.

REFERÊNCIAS

ALBERIGO, Giuseppe. **Breve História Vaticano II: 1959-1965**. Tradução Clóvis Bovo. Aparecida, SP: Ed. Santuário, 2006.

ALBERTI, Verena. **Fontes Orais: História dentro da História**. In **Fontes Históricas**. Pinski, Carla Bassanezi (org). São Paulo, Contexto, 2010.

AZEVEDO, Thales. **Igreja e Estado em tensão e crise**. São Paulo: editora Ática, 1978.
BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BORES, Vavy Pacheco. **Grandezas e Misérias da Biografia**. In **Fontes Históricas**. Pinski, Carla Bassanezi (org.) São Paulo, Ed.Contexto, 2010.

BURKE, Peter. **Abertura a Nova História: A Nova História seu passado e seu futuro**. In **A escrita da história: Novas Perspectivas**. BURKE, Peter (org.) Tradução Magda Lopes. São Paulo, ed. Unesp, 1992 (p.03-18). **A biografia Modal: In O desafio biográfico**: Escrever uma vida. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo, Ed. Universidade Federal de São Paulo 2009.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

DANTAS, José Ibarê Costa. **A Tutela Militar em Sergipe, 1964/1984: Partidos e Eleições num Estado Autoritário**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

FERREIRA, Sandro Ramon. **Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizadas na Igreja.** 2006. 141 f. Tese de mestrado em História apresentada a Universidade Fluminense. Niterói 2006.

FONTES, Amando. **Os Corumbás**, 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

GOMES, Laurentino. 1822: **Como um Homem Sábio, uma Princesa Triste e um Escocês Louco por Dinheiro Ajudaram D. Pedro a Criar o Brasil- Um País que Tinha tudo para dar Errado.** Ed Nova Fronteira, Rio de Janeiro 2010.

GRICOLIIOKOI, Zilda. **Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sócios no Campo Brasil e Peru 1964-1986.** São Paulo: Hucitec 1996.

HOBSBAWN, ERIC. **A era dos Extremos: O breve Século XX: 1914-1991.** Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985).** Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MUÑOZ, Ronaldo. **Nova consciência da Igreja na América Latina.** Tradução Jorge Soares. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 1979.

NASCIMENTO, Isaias. **Dom Távora, o Bispos dos Operários**: um homem além do seu tempo. São Paulo: 1ª Ed. Paulinas, 2008.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo de França. **Narrativa e conhecimento histórico**: alguns apontamentos. 2013?

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e História Cultural**. Minas Gerais: Autêntica, 2005.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**, Ed. Record, Rio de Janeiro 1996.

SILVA, Eduardo Augusto Santos. **Sergipe no Concílio Vaticano II 1959-1968**. 2012.77 f. Monografia (Licenciatura em História) Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SILVA, Rosemiro Magno da. **Ilha do Ouro. In: Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe, 1985-1989**. 215. f. Monografia (Licenciatura em História) Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão 1992.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello 1930-1964**. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O eclipse de um Farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**, São Cristóvão Ed. UFS: Aracaju: Fundação Oviedo Texeira, 2008.

FONTES

BRASIL, Código Penal. Câmara dos Deputados. Decreto- Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 alterado pela Lei nº 9.777 em 26 de dezembro de 1998. www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.ht acessado em 03 de novembro 2014.

____. Processo crime em que foi réu Frei Enoque Salvador de Melo. Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. Cx. 62/1986.

PAULO VI RECEBIDO POR UM MILHÃO DE PESSOAS EM BOGOTÁ. Jornal A Cruzada, Aracaju, p.01, 24 de agosto de 1968.

DOM TÁVORA CHEGARÁ DIA OITO. Jornal A Cruzada, Aracaju, p.01, 30 de novembro de 1963.

UM FATO TRISTE. Jornal A defesa de Propriá, p.07, junho de 1984.

VATICANO. "Populorum Progressio" carta encíclica sobre o desenvolvimento dos povos 26 de maio de 1967 <http://w2.vaticano.va/content/Paul-vi/PT/encíclicas/index.html> acessado em 10 de fevereiro 2015.

____. Humanae Vitae: Carta Encíclica sobre a regulação da natalidade 25 de julho de 1968. <http://w2.vaticano.va/content/Paul-vi/PT/encíclicas/index.html> acessado em 28 de fevereiro 2015.

FONTES ORAIS

Entrevista de Frei Enoque Salvador de Melo concedida a Atônio Lindvaldo Sousa em 18 de maio de 2013.

Entrevista de Frei Enoque Salvador de Melo concedida a Josefa Eliene dos Santos Concedida a Josefa Eliene dos Santos em 12 de abril de 2014.

Entrevista de Josefa Alves concedida a Josefa Eliene dos Santos em 18 de outubro de 2014

Entrevista com Maria Salomé Dantas concedida a Josefa Eliene dos Santos em 18 de outubro de 2014.

Entrevista com Frei Enoque Salvador de Melo concedida a Josefa Eliene dos Santos em 14 de novembro de 2014.

DOCUMENTOS ELETÔNICOS

VIEIRA, Carlos. Biografia de Comblin. Publicado em 12 de agosto de 2013. www.unicap.br/comblin acessado em 25 de fevereiro de 2015.

VIERIRA, Washington. Retrospectiva: Entrevista do arcebispo e o fechamento do Instituto Teológico do Recife- INTER 1989.

http://iconacional.blogspot.com.br/2008/07/blog-post_6447.html/ Acessado em 15 de janeiro de 2015.

Santana, Ana Julia. Dom Hélder Câmara. Info Escola-Biografias. WWW.infoescola.com/biografia/dom_helder_camara/ acessado em 25 de fevereiro de 2015.

FERRARI, Mércia. Roger Chartier. Cultura, 02 de julho de 2011. <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/roger-> acesso 03 novembro de 2014

JUNIOR, Antônio Gasparetto. Carlo Ginzburg. Info Escola-Biografias. <http://www.infoescola.com/biografias/carlo-ginzburg/> acesso 03 novembro de 2014